



in⁺pEV

**Relatório de
Sustentabilidade
2019**



Foto capa: Produtor rural de Unaí (MG).

Apresentação

O inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) apresenta seu Relatório de Sustentabilidade 2019, com os principais resultados do ano do Instituto e do Sistema Campo Limpo. Mais uma vez, a publicação obedece às diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative), opção Essencial. O ciclo do relatório é anual e a publicação anterior foi divulgada em maio de 2019. Este relatório cobre o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019. [GRI 102-50](#), [102-52](#) e [102-54](#)

A prestação de contas apresentada neste relatório é estruturada a partir dos oito temas materiais identificados como os mais relevantes na última matriz de materialidade realizada pelo inpEV, que foi concluída em 2017 e contou com a participação de *stakeholders* externos e internos e teve a validação da Diretoria Executiva (*leia mais a partir da página 24*). Os indicadores consideram a matriz e as centrais sob gestão do inpEV – as exceções são sempre apontadas. Com o processo de incorporação de centrais pelo Instituto em andamento, alguns indicadores não puderam ser atualizados para esse novo escopo, questão claramente indicada em cada indicador. [GRI 102-49](#)

As demonstrações financeiras, apresentadas no último bloco da publicação, passaram por verificação externa da PwC.

ÍNDICE

Mensagem do diretor-presidente	2
--------------------------------	---

Destaques do ano	4
------------------	---

Sobre o Sistema Campo Limpo	6
-----------------------------	---

O inpEV	16
20 Governança corporativa	

Temas materiais	24
-----------------	----

28 Expansão das operações	
30 Logística	
32 Ecoeficiência operacional	
35 Inovação e tecnologia	
36 Desenvolvimento humano	
41 Educação e conscientização	
45 Diálogo e cooperação <i>multistakeholder</i>	
48 Viabilidade econômica	

Como se associar ao inpEV	50
---------------------------	----

Sumário de conteúdo GRI	52
-------------------------	----

Demonstrações financeiras	57
---------------------------	----

Créditos	85
----------	----



Mensagem do diretor-presidente

GRI 102-14

Em 2019 o Sistema Campo Limpo enfrentou grandes desafios, superados graças aos esforços de todos os elos da cadeia produtiva agrícola, que envolve agricultores, revendedores/cooperativas e fabricantes, com o apoio do poder público. Chegamos ao final do ano com resultados expressivos!

Por três anos consecutivos, os volumes de embalagens destinados permaneceram próximo de 43 mil toneladas. Entretanto, em função do crescimento da área plantada, do uso de tecnologia e da ocorrência de pragas e doenças, o uso de agroquímicos cresceu em 2019 e, consequentemente, também a devolução de embalagens pós-consumo pelo agricultor. A gestão desse crescimento exigiu um grande esforço nas operações de recebimento, logística e destinação final ambientalmente correta. Das 43,5 mil toneladas previstas inicialmente, o volume foi revisado e chegou a 45,3 mil toneladas no fim de 2019.

Esse também foi um ano em que as discussões no âmbito da legislação demandaram muitos esforços, em especial nos campos fiscal e tributário. A busca por um novo modelo de movimentação das embalagens mais ágil e menos burocrático envolveu toda a nossa equipe, sendo apoiada por diversos consultores tributaristas externos. O resultado foi muito positivo e praticamente chegamos a um novo modelo que deverá ser implementado no futuro, trazendo benefícios para o Sistema e constituindo uma quebra de paradigmas. Ainda na área tributária, apresentamos um estudo para a Secretaria da Fazenda e Planejamento

do Estado de São Paulo, demonstrando a necessidade de mecanismos de incentivos para a cadeia de reciclagem oriunda da logística reversa. Aproveitando a discussão da Reforma Tributária que ocorre no Congresso Federal, atuamos para sensibilizar os parlamentares sobre os incentivos já previstos na PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Defendemos que eles sejam contemplados pela reforma.

Ainda na área da legislação, o impacto da Tabela de Fretes aumentou os custos para a logística reversa, o chamado “frete de retorno”. Na busca de uma solução, nos reunimos com diretores da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e participamos de vários fóruns e reuniões promovidos pela organização.

Buscando otimizar a gestão do Sistema Campo Limpo, ganhar eficiência, produtividade e reduzir custos, o Conselho Diretor procurou, dentro de uma visão sistêmica, avaliar um modelo de gestão centralizada das unidades centrais de recebimento. Após quatro anos de análises, com a participação dos membros do Conselho e associados – fabricantes e entidades que representam todos os elos da cadeia agrícola, como a Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Aenda (Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos), Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), Andav (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários), OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal) – chegamos à conclusão de que o inpEV



“Referência mundial em logística reversa, além dos ganhos ambientais, o Sistema Campo Limpo movimenta a economia e contribui para a geração de trabalho e renda.”

deveria estabelecer um plano para assumir o gerenciamento dessas unidades. Os benefícios da gestão integrada ficaram evidentes para todos. Além da otimização e ganhos de produtividade, uma gestão integrada com procedimentos padronizados traria mais segurança, mitigação de riscos e permitiria ao distribuidor dedicar mais foco ao seu negócio, além de ter o custo de participação bastante reduzido. Todas as outras ações nas áreas de educação, comunicação, suporte aos postos de recebimento e recebimentos itinerantes continuam sendo feitas em conjunto.

Na busca do desafio estabelecido na nossa visão de ter um Sistema que se autofinancia, em 2019 geramos recursos que respondem por mais de 60% do custo do Sistema Campo Limpo. Nosso objetivo é zerar os custos de todos os atores envolvidos.

O Sistema Campo Limpo – inpEV é um exemplo de economia circular. Podemos afirmar que o Sistema, a partir de todos os investimentos feitos na sua operacionalização, do valor gerado pelos recicladores, dos empregos criados e do envolvimento de terceiros movimentou cerca de R\$ 450 milhões em 2019. Além disso, ambientalmente, contribuiu para evitar a emissão de gases geradores de efeito estufa.

Ainda celebramos o reconhecimento da sociedade. O PEA (Programa de Educação Ambiental Campo Limpo) foi reconhecido pelo UN DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) como uma boa prática na disseminação dos ODS (Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável) para as 240 mil crianças que participaram do programa em 2019. Um marco do PEA foi o início da sua implementação na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. Além disso, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, importante agenda global de desenvolvimento sustentável, e o Proclima (Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo), destacando o Sistema Campo Limpo como um exemplo exitoso de enfrentamento das mudanças climáticas.

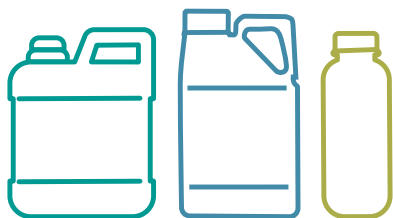
O Sistema Campo Limpo – programa brasileiro de logística reversa das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas – continua sendo uma referência mundial. Recebemos a visita de vários países para conhecer o nosso programa. Além de termos ido à China compartilhar a experiência brasileira, recebemos uma missão chinesa no inpEV, em dezembro. O interesse pelo nosso Sistema é grande, e eles já manifestaram o interesse em aprender conosco.

Encerro esta mensagem como iniciei, parabenizando todos os elos que contribuem para que o Sistema Campo Limpo seja continuamente aprimorado: motivo de orgulho para a sociedade e, em especial, para a agricultura brasileira.

João Cesar M. Rando
diretor-presidente do inpEV



Destaques do ano



RECORDE DE VOLUME

550 mil toneladas

destinadas desde 2002

45.563 apenas em 2019



GESTÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTO

29 centrais de recebimento sob a administração do inpEV

MODELO CIRCULAR

A cada 100 embalagens

vazias de defensivos agrícolas recebidas no Sistema, **94 são recicladas** e 6 são incineradas

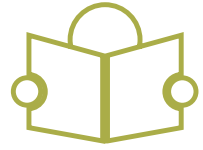
94% das embalagens

primárias colocadas no mercado têm destinação ambientalmente correta, seja reciclagem ou incineração



INDICADO PELA ONU

PEA (Programa de Educação Ambiental) reconhecido pelo UN DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) como uma boa prática na disseminação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)



O PEA esteve em 2.571 escolas de 324 municípios e alcançou mais de 240 mil alunos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental

**CELEBRAÇÃO NO CAMPO**

DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo) completou 15 anos e reuniu **78 mil pessoas** em 22 estados

**NOVOS COMPROMISSOS****Pacto Global**

O inpEV aderiu à Rede Brasil do Pacto Global e participa do Grupo Temático de Alimentos e Agricultura, que discute segurança alimentar, práticas de produção sustentáveis e novas formas de trabalho, entre outros temas

Proclima

O Instituto se tornou parceiro da iniciativa do governo do Estado de São Paulo, que mobiliza empresas e organizações pela gestão e redução das emissões de GEE (gases de efeito estufa)

Sobre o Sistema Campo Limpo





Central de recebimento do Sistema Campo Limpo em Contenda (PR), administrada pelo inpEV.

O Sistema Campo Limpo é o programa brasileiro de logística reversa das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas. Ele reúne a indústria fabricante desses produtos, o canal de distribuição, os agricultores e o poder público, cada um com o seu papel e suas responsabilidades definidas por legislação, para promover a logística reversa e dar destinação ambientalmente adequada a essas embalagens. O inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) é a entidade gestora do Sistema e todo o processo é regulamentado pela Lei nº 9.074/00 e seu decreto regulamentador nº 4.074/02.

Esse trabalho sistêmico é responsável por destinar corretamente 94% de todas as embalagens plásticas primárias¹ de defensivos agrícolas colocadas no mercado e transformou o Sistema Campo Limpo em referência de eficiência e economia circular (*leia mais nas páginas a seguir*). Do total destinado, 94% são reinseridos no processo produtivo por meio da reciclagem, transformando-se em novas embalagens e tampas para defensivos ou em outros artefatos para a construção civil e as indústrias automotiva e energética, entre outros setores. Os 6% do material que não podem ser reciclados são encaminhados para a incineração.

Presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, o Sistema Campo Limpo soma com mais de 400 unidades fixas (postos e centrais de recebimento) e também realizou, aproximadamente, 4.500 recebimentos itinerantes em 2019.

¹ As embalagens primárias são aquelas que têm contato com o produto.



107
Centrais de
recebimento

304
Postos de
recebimento

4,5 mil
Recebimentos
itinerantes

Sistema Campo Limpo

O Sistema Campo Limpo é o programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas. Ele é integrado por diferentes elos da cadeia agrícola que, juntos, colocam em prática as responsabilidades compartilhadas definidas pela Lei nº 9.074/00 e seu decreto regulamentador nº 4.074/02.

 **inpEV**

O inpEV é o representante da indústria no Sistema Campo Limpo e dissemina os conceitos de educação e conscientização ambiental para toda a sociedade.

O Sistema assegura a correta destinação de 94% de todas as embalagens plásticas primárias de defensivos agrícolas comercializadas no país.

Isso significa:

+ de 550 mil t
de embalagens
vazias (2002–2019)

+ de 300 t
de embalagens com
sobras (2015–2019)

+ de 100
fabricantes
e registrantes
associados
ao inpEV.

4,5 mil
pontos de venda.

1 A indústria fabrica e registra os defensivos agrícolas, que são comercializados por revendas ou cooperativas.

2

Os agricultores devolvem as embalagens vazias ou as sobras pós-consumo nas **centrais e postos de recebimento** ou nos eventos de **recebimento itinerante**.

O Sistema está presente nos 26 estados e no Distrito Federal.

+ de 400 unidades
fixas de recebimento.

1,8 milhão
de propriedades
agrícolas¹
atendidas pelo
Sistema.

4,5 mil
recebimentos
itinerantes/ano

70 caminhões = 945 t
de embalagens transportadas
por dia entre as unidades de
recebimento e o destino final.

ECONOMIA CIRCULAR

Além de ser referência mundial em **logística reversa**, o Sistema também é um exemplo de economia circular. O termo se contrapõe aos processos lineares de extração › produção › consumo › descarte, e é aplicado a sistemas que possibilitam que materiais **voltem ao ciclo produtivo**.



Nas **recicladoras parceiras** do Sistema, as embalagens viram insumo para a produção de diversos artefatos, como barricas de papelão, conduíte elétrico e embalagem para óleo lubrificante.

A embalagem **Ecoplástica®** e o sistema de vedação **Ecocap®**, também produzidos a partir da reciclagem, se destacam por seu caráter **inovador**. Eles foram os primeiros no mundo a utilizar resina pós-consumo de embalagens de defensivos agrícolas para abastecer o próprio setor, em um processo circular que evita o desperdício e poupa recursos naturais não renováveis.

3

O inpEV, responsável pela logística reversa das embalagens, realiza a sua destinação ambientalmente correta por meio da parceria com empresas recicladoras e incineradoras.

**94% das embalagens
são recicladas.**

O que não é passível de reciclagem, é incinerado.

¹ IBGE: Censo Agropecuário 2017.

ECONOMIA CIRCULAR

A economia circular busca uma nova maneira de projetar, produzir e consumir, respeitando os limites do planeta e gerando valor. Trata-se de uma mudança sistêmica, incluindo preocupações sobre o ciclo de vida de produtos desde o seu desenvolvimento e a garantia do retorno desses materiais ao processo produtivo, elevando a capacidade de uso e reúso de bens e recursos naturais à máxima produtividade, mantendo-os na economia e gerando valor: esses resíduos tornam-se novamente matéria-prima para a sua própria produção (também conhecido como ciclo fechado) ou têm seus componentes destinados a outros segmentos da indústria (a chamada segunda vida de um insumo). Esse é o modelo que inspira o Sistema Campo Limpo.

Referência em circularidade

Idealizada pelo inpEV, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. é responsável por uma importante evolução tecnológica: a primeira embalagem de defensivo agrícola fabricada a partir de resina reciclada de embalagens pós-consumo desse mesmo produto. Única no mundo, a Ecoplástica® oferece alto desempenho e segurança. A Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. produz um sistema de vedação de alta performance, a Ecocap®. Juntas, a Ecoplástica® e a Ecocap® oferecem uma solução completa e permitem fechar o ciclo de gestão das embalagens dentro da própria cadeia. O lucro dessas empresas é reinvestido no custeio do Sistema.

As resinas das embalagens vazias de defensivos agrícolas ainda são destinadas para outros parceiros recicladores, responsáveis por inserir os materiais em artefatos utilizados pela construção civil, indústria automotiva e energética, entre outros setores. Dutos corrugados, tubos para esgoto, bloquetes, postes de sinalização e tambores são alguns dos artefatos produzidos, em um processo que reduz a demanda por novos recursos naturais.



Produzida com polietileno de alta densidade reciclado, a Ecoplástica® tem três camadas, a primeira interna de resina virgem e as demais recicladas. Tem alto desempenho e segurança com certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para transporte terrestre e marítimo de produtos perigosos. Produzida com polipropileno e polietileno, a Ecocap® é 100% reciclada, de fácil manuseio e com alta performance em segurança.



Produtora rural de Unaí (MG).

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO (RE VENDAS E COOPERATIVAS): devem manter locais adequados para receber e armazenar as embalagens vazias e indicá-los na nota fiscal, assim como fornecer o comprovante de devolução ao agricultor no recebimento da embalagem; em conjunto com os demais elos, devem educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



AGRICULTORES: após o consumo, devem lavar, inutilizar e armazenar temporariamente as embalagens, conforme orientações técnicas; depois, devem devolver na unidade de recebimento indicada na nota fiscal de venda e guardar o comprovante de devolução.

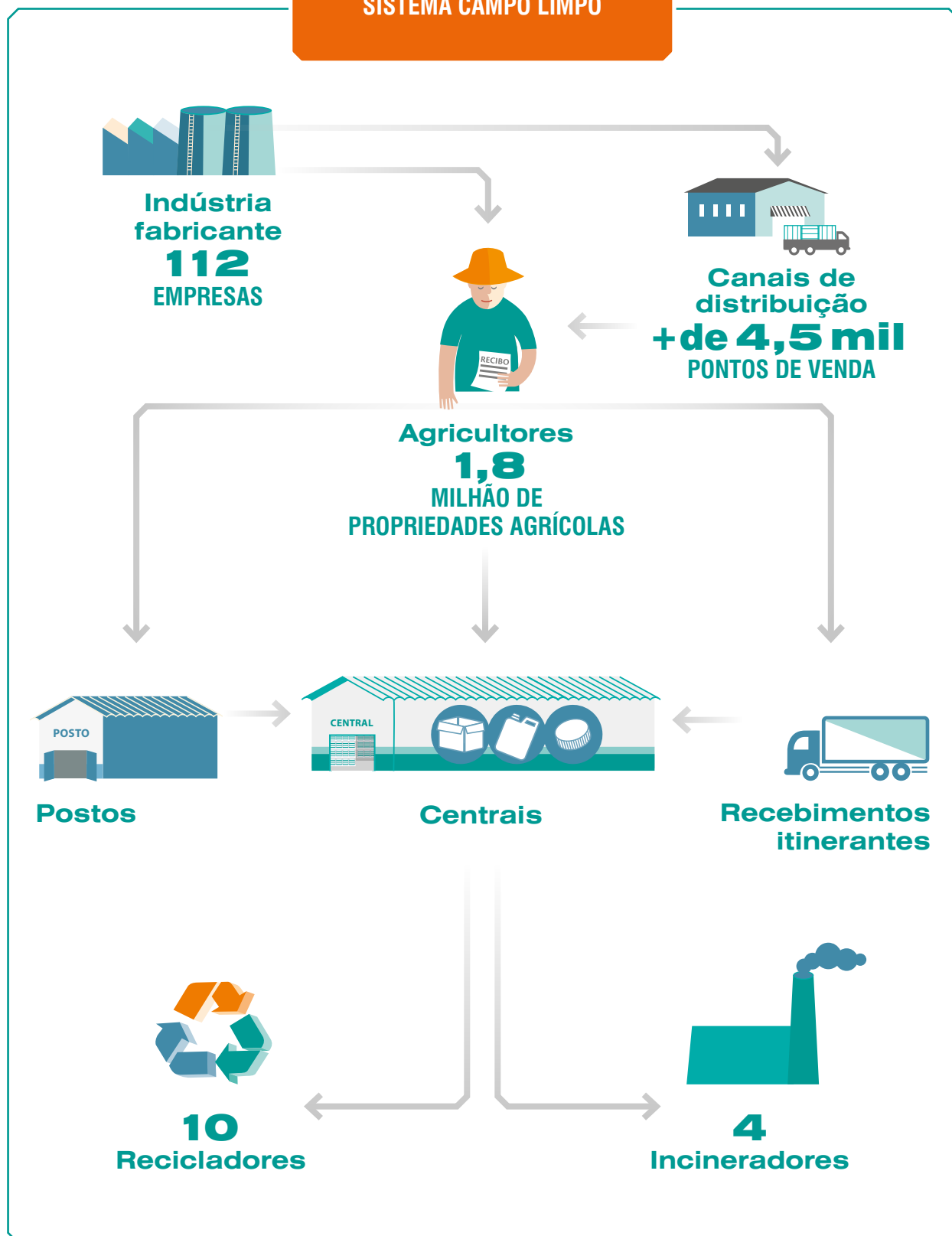


INDÚSTRIA FABRICANTE (REPRESENTADA PELO INPEV): é responsável por transportar as embalagens recebidas nas unidades e assegurar a destinação ambiental mais adequada; em conjunto com os demais elos, deve educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.



PODER PÚBLICO: é responsável por licenciar as unidades de recebimento e fiscalizar o cumprimento das atribuições legais dos diferentes agentes; em conjunto com os demais elos, deve educar e conscientizar agricultores sobre a importância de seguir os procedimentos corretos e participar da logística reversa.

FLUXO DO SISTEMA CAMPO LIMPO



GESTÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTO

O sistema de recebimento das embalagens vazias totaliza 411 unidades em todo o país. A estrutura é formada por 304 postos e 107 centrais que recebem, separam e preparam (compactação, enfardamento e ensacamento) os materiais para a destinação final adequada – reciclagem ou incineração. Recebimentos itinerantes aumentam a capilaridade do Sistema, oferecendo alternativas para o agricultor devolver as embalagens vazias. As unidades de recebimento fixas são administradas pelo canal de distribuição, podendo ser uma associação de revendas ou uma cooperativa agrícola, ou pelo inpEV, que encerrou 2019 com 29 centrais sob sua gestão.

Além da abrangência e de garantir diferentes modalidades de recebimento, o Sistema Campo Limpo está em constante evolução para acompanhar o dinamismo do agronegócio brasileiro e garantir a adequada gestão dos resíduos. Faz parte desse processo a incorporação da administração de centrais de recebimento pelo inpEV. O tema foi discutido no âmbito do Conselho Diretor com a participação de todos os elos da cadeia agrícola que, dentro de uma visão sistêmica, buscam um modelo de gestão centralizada dessas unidades.

Como entidade gestora do Sistema, o inpEV detém o conhecimento de todo o processo de destinação das embalagens e dissemina boas práticas em temas como gestão ambiental, promoção de um ambiente seguro de trabalho e de eficiência nas centrais. Essa experiência, somada à gestão que o Instituto já fazia de seis centrais até 2018, demonstrou as oportunidades de ganhos de uma gestão mais integrada. O intuito é que a medida traga benefícios para todo o Sistema Campo Limpo, incluindo avanços em eficiência com a uniformização de processos e consequente redução de custos para todos os elos da cadeia.

Em 2019, 23 centrais foram incorporadas à gestão do Instituto em um processo de transição que buscou valorizar o amplo diálogo e a articulação. Como premissa, os trabalhadores dessas centrais se tornaram funcionários do inpEV, valorizando o conhecimento técnico já incorporado nessas unidades. Ao longo do ano, treinamentos e reuniões buscaram alinhar as práticas das unidades e promover a integração entre os profissionais do inpEV e das centrais recém-incorporadas (*leia mais a partir da página 36*).

A transferência da gestão das centrais para o Instituto deve ter sequência nos próximos anos, de forma gradual.

Centrais

Unidades que recebem, separam e processam as embalagens vazias, para envio à destinação adequada.

Postos

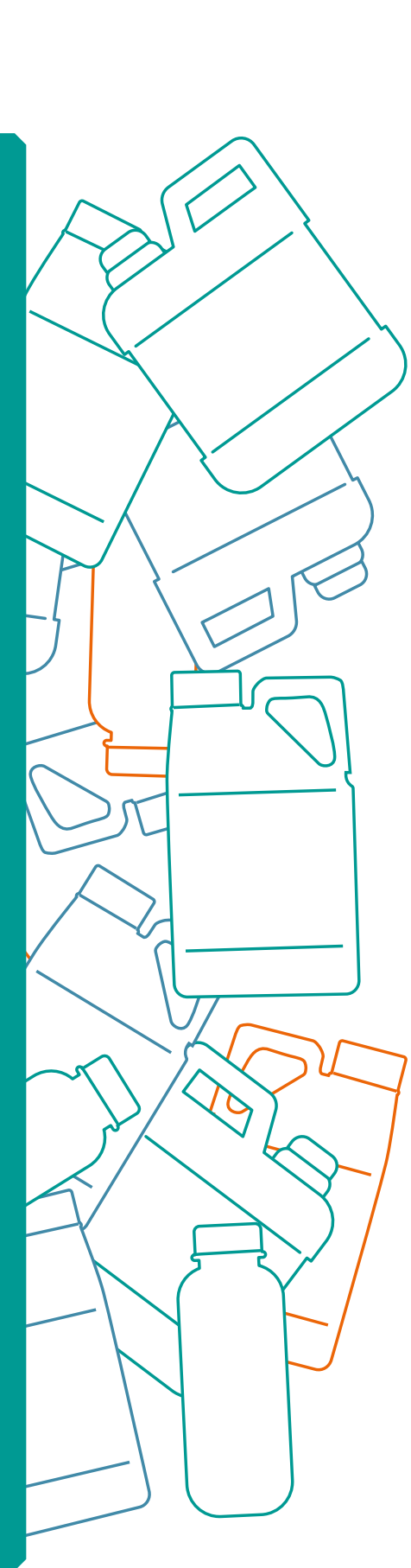
Estruturas menores que as centrais, aptas a receber as embalagens vazias e separá-las, enviando-as em seguida às centrais.

Recebimento itinerante

Unidade volante para o recebimento de embalagens vazias em regiões mais distantes das unidades fixas de recebimento.

Agendamento de devolução de embalagens vazias (adEV)

Sistema eletrônico que permite aos agricultores programar as devoluções das embalagens vazias ou contendo sobras.



EXPANSÃO

Em agosto, com a presença de representantes do poder público, da indústria fabricante e do canal de distribuição, foram inauguradas as novas instalações da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., em Taubaté (SP). O complexo industrial foi ampliado, ganhando mais 4.500 m² para fabricar a Ecocap®, produzida a partir de tampas pós-consumo recebidas pelo Sistema Campo Limpo. Em setembro, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., que produz a Ecoplástica® (embalagem de defensivo agrícola fabricada a partir de embalagens pós-consumo provenientes do Sistema), inaugurou sua nova fábrica, em Ribeirão Preto (SP).

EMBALAGENS DESTINADAS GRI 301-3 e 306-2

O ano foi marcado por recorde de destinação de embalagens vazias, com 45.563 toneladas destinadas. O volume representa um aumento de 3% em relação a 2018 e demonstra a capacidade do Sistema de acompanhar o crescimento do setor agrícola no país e a eficiência dessa operação. O material foi destinado da seguinte forma: 94% foram enviados para reciclagem e 6% para a incineração. Para 2020, a meta é destinar 46 mil toneladas de embalagens vazias.

O Sistema faz a correta destinação de todos os tipos de embalagem de defensivos agrícolas regularmente comercializadas. Isso inclui as embalagens de plástico ou metal, suas tampas e as caixas de papelão utilizadas no transporte.

Também são recebidas de volta as sobras pós-consumo dos defensivos que o agricultor não tenha utilizado até o fim. As sobras podem ser de dois tipos: produtos com a data de validade vencida ou com danos na embalagem que impeçam sua utilização; ou produtos em desuso, que tiveram o registro cancelado, mas não proibido, e não possuem mais a recomendação para o uso. Em 2019, 131 toneladas dessas embalagens foram recebidas e destinadas pelo Sistema Campo Limpo. Nesse caso, o material é encaminhado exclusivamente para a incineração.

PESO TOTAL DE RESÍDUOS, POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO GRI 306-2

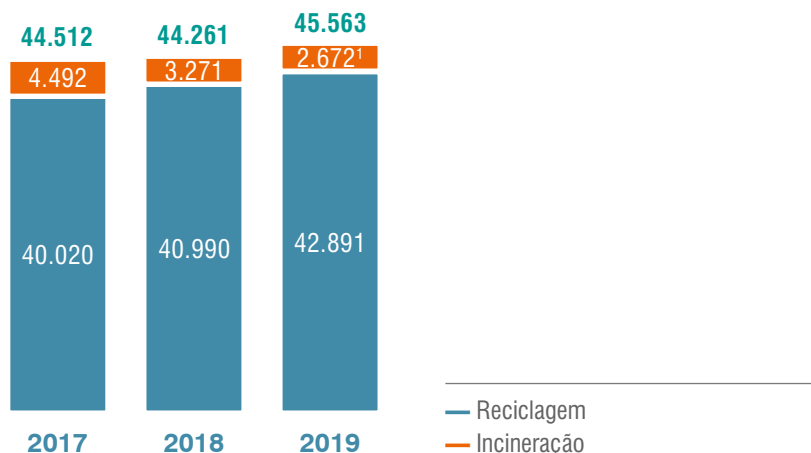
Resíduos não perigosos (em toneladas)	2019
Reciclagem ¹	42.528,2
Subtotal resíduos não perigosos	42.528,2
Resíduos perigosos (em toneladas)	2019
Reciclagem ¹	362,7
Incineração (queima de massa) ²	2.803,0
Subtotal resíduos perigosos	3.165,7
Total	45.693,9

1 Aço, alumínio (embalagem e grade de reservatório IBC), embalagens plásticas lavadas de Coex (polietileno coextrusado) e Pead (polietileno de alta densidade), papelão e tampas, além de embalagens rígidas não lavadas.
2 Embalagens plásticas flexíveis não lavadas, bolha do reservatório IBC, hidróxido de alumínio, embalagens de vidro e embalagens com sobras pós-consumo líquidas e sólidas.

EMBALAGENS DESTINADAS POR ESTADO (KG)

Mato Grosso	11.183.362	25%	Minas Gerais	3.441.204	8%
Paraná	5.949.245	13%	Bahia	3.375.985	7%
São Paulo	5.026.544	11%	Santa Catarina	801.735	2%
Rio Grande do Sul	4.826.639	11%	Maranhão	779.621	2%
Goiás	3.856.349	8%	Outros	2.856.195	5%
Mato Grosso do Sul	3.466.210	8%	Total geral	45.563.089	100%

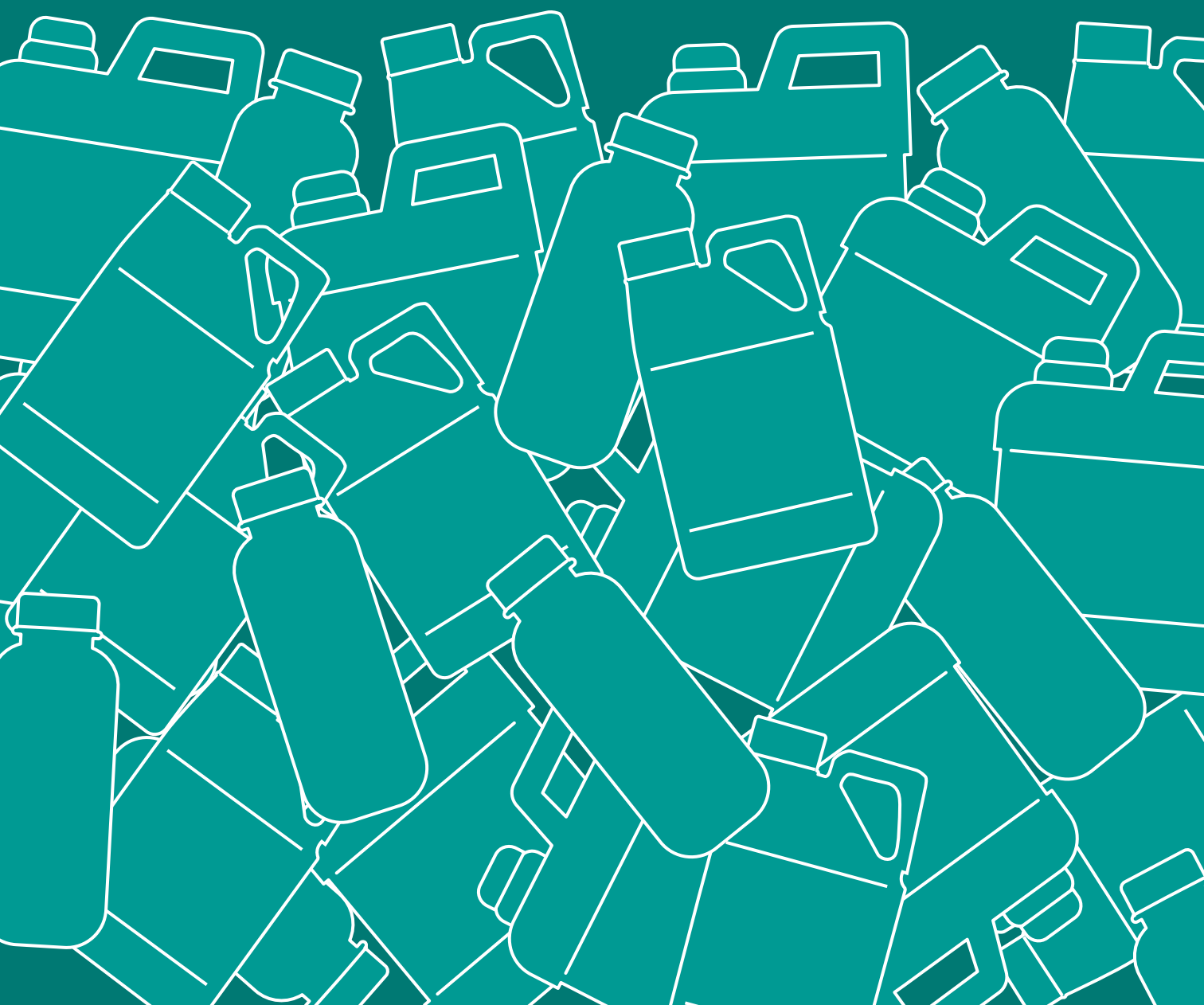
Embalagens segundo o destino (em toneladas)



1 Além dessas embalagens, houve a incineração de 131 toneladas de embalagens com sobras pós-consumo líquidas e sólidas.

Volume recorde:
45.563 toneladas
de embalagens
vazias destinadas
em 2019. A meta
é destinar **46 mil**
toneladas em 2020.

O inpEV





As tampas das embalagens de defensivos agrícolas também têm destinação adequada no Sistema Campo Limpo.

GRI 102-1, 102-2 e 102-7

Organização sem fins lucrativos, o inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) representa a indústria¹ e, em 2019, reunia 112 fabricantes e registrantes de defensivos agrícolas que atuam no Brasil. Sua missão é contribuir para a conservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

O inpEV trabalha para garantir a eficiência dos processos, além de investir em pesquisa, desenvolvimento, conscientização e educação ambiental. Essa visão integrada da gestão também facilita a captura de oportunidades de melhoria do próprio Sistema, como a aplicação do conceito de economia circular para a produção de novas embalagens de defensivos a partir da resina reciclada das embalagens recebidas ou a ampliação do escopo do Sistema para o recebimento das sobras pós-consumo. Outro exemplo é o desenvolvimento de soluções para ampliar cada vez mais o universo de embalagens passíveis de reciclagem. Atualmente, são reciclados 94% de todo o volume recebido.

Com sede em São Paulo, o Instituto também gerencia 29 das 411 unidades de recebimento de embalagens de todo o Brasil. As centrais sob a gestão do inpEV estão distribuídas em 11 estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo). Ao todo, o Instituto emprega 185 profissionais.

112 empresas
são associadas
ao inpEV,
responsável pela
gestão do Sistema
Campo Limpo.

¹ A Lei Federal nº 9.974/00 modificou a Lei nº 7.802/89 e estabeleceu os princípios para o manejo e a destinação ambientalmente correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Com seu decreto regulamentador nº 4.074/02, ficou definida a responsabilidade compartilhada entre todos os agentes da produção agrícola: agricultores, canais de distribuição e cooperativas, indústria e poder público.

MISSÃO

Contribuir para a conservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

VISÃO

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, como referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos, e tornar-se autossustentável no Brasil.

VALORES

- › **Atitude integradora:** é a característica de liderança do Instituto, a valorização do trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.
- › **Inovação:** é dinamismo, empreendedorismo, criatividade e superação de desafios que posicionam o inPEV como referência mundial na logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.
- › **Integridade:** é ter o comportamento pautado pela ética, respeito às diferenças, transparência em todas as ações realizadas e veracidade das informações.
- › **Responsabilidade socioambiental:** é a razão de ser do Instituto, que atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo.
- › **Segurança:** é o zelo pelo bem-estar e integridade física de nossos colaboradores e de todos os envolvidos no Sistema Campo Limpo, bem como a proteção de informações e do patrimônio.

COMPROMISSO COM A AGENDA GLOBAL

A contribuição para a conservação do meio ambiente, presente na missão do inpEV, também se concretiza nas iniciativas de conscientização e educação ambiental para agricultores e a sociedade em geral, realizadas em todo o Brasil. O Instituto entende que é na capilaridade do Sistema Campo Limpo, presente em todos os estados do país com mais de 400 unidades de recebimento, que pode ampliar os benefícios de sua atuação.

Dessa forma, em 2019 o inpEV disseminou os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) para 240,6 mil estudantes do Ensino Fundamental que participaram do seu PEA (Programa de Educação Ambiental). A iniciativa foi reconhecida pelo UN DESA (United Nations Department of Economics and Social Affairs/Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais) como uma boa prática.

SAIBA MAIS

Ecoeficiência do
Sistema Campo Limpo

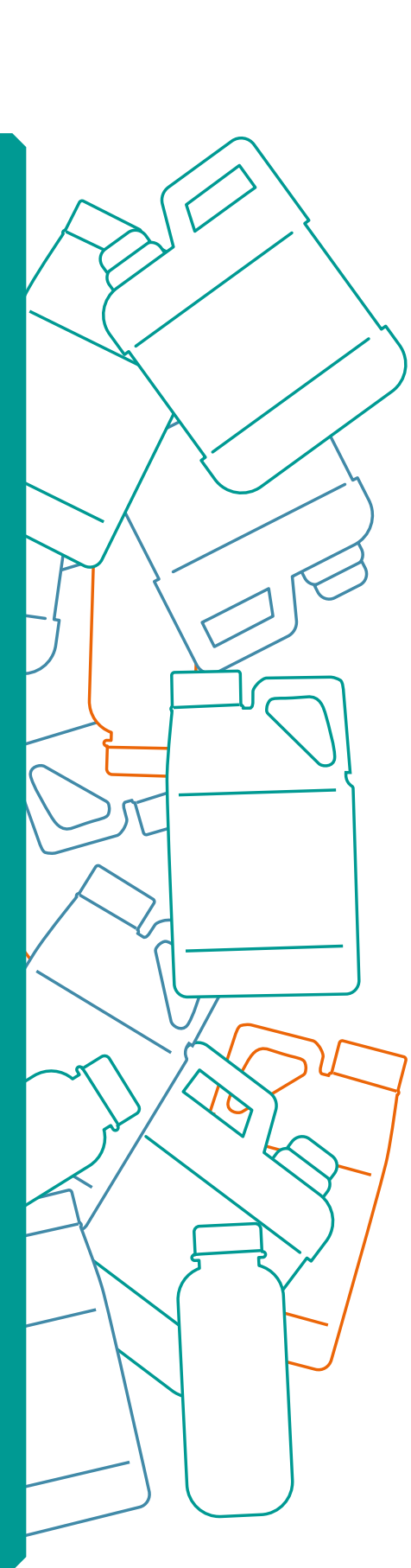
página 32

Educação ambiental

página 41

O PEA AJUDA A DISSEMINAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Cadeia de suprimentos GRI 102-9

A cadeia de fornecimento do inpEV era composta por 1.275 fornecedores em 2019. São 41 fornecedores diretos, responsáveis por insumos e equipamentos produtivos e serviços de logística, transporte e destinação final, e 1.234 fornecedores indiretos, como empresas de máquinas e equipamentos, tecnologia da informação e suporte às atividades de comunicação e engajamento. Do volume de compras no ano, a categoria mais representativa foi a de serviços de logística e transporte, com 26,7% do total.

Governança corporativa GRI 102-18

A estrutura administrativa e de gestão do inpEV está alinhada às melhores práticas de mercado e reflete os princípios firmados em seu estatuto social: legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade. Fazem parte da governança a Assembleia Geral de Associados, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. A representatividade do Sistema Campo Limpo, do qual o inpEV é a entidade gestora, também está contemplada na estrutura, com representantes nas diversas instâncias decisórias.

Órgão máximo decisório, a Assembleia Geral integra os associados do Instituto, fabricantes de defensivos agrícolas e entidades que representam os diversos elos da cadeia agrícola. São realizadas duas reuniões anuais para validar a estratégia do inpEV e avaliar o seu desempenho.

O Conselho Diretor é formado por cinco representantes das empresas associadas contribuintes (eleitos em Assembleia Geral), oito representantes de entidades associadas (demais elos da cadeia agrícola) e pelo diretor-presidente do Instituto. Sua responsabilidade, entre outras atribuições, é assegurar o cumprimento do estatuto social e zelar pela proteção do patrimônio, pelo comprometimento com as leis vigentes e pelo estreitamento da relação entre os elos da cadeia. As entidades que representam o canal de distribuição e os produtores rurais no Conselho Diretor participam das decisões e têm a responsabilidade de replicar as informações e deliberações sobre o Sistema Campo Limpo.



Agricultor devolve embalagens na central de recebimento de Unaí (MG).

Cabe à Diretoria Executiva do inpEV a condução da gestão e a implementação da estratégia do Instituto e seus resultados. Ela é liderada pelo diretor-presidente, um profissional contratado e independente (sem vínculo com as empresas associadas), nomeado pelo Conselho Diretor.

Compromisso com a transparência

Apoiar e fiscalizar as instâncias decisórias do inpEV é papel do Conselho Fiscal, cujos membros também são eleitos em Assembleia Geral, com mandatos anuais. Em 2019, ele foi composto por representantes das empresas Sipcam, Arysta e Du Pont.

O modelo de gestão do Instituto se estrutura a partir de normas rígidas de auditoria e controle. Anualmente, o inpEV presta contas dos resultados de suas atividades e seu desempenho financeiro seguindo as normas brasileiras de contabilidade, com orientação de auditores externos e o parecer do Conselho Fiscal.

O inpEV adota as melhores práticas de governança e transparência.



Embalagens são compactadas e organizadas em *pallets* nas centrais de recebimento.

Estrutura de apoio

Grupos temáticos que reúnem especialistas e profissionais do inpEV somam conhecimento e apoiam as decisões da liderança:

- › **Comitê Tributário:** com auxílio de consultores externos, o grupo facilita o alinhamento dos participantes do Sistema Campo Limpo com temas fiscais, tributários e societários.
- › **Comitê de Logística:** discute medidas para aprimorar processos e tecnologias de logística reversa no âmbito do Sistema Campo Limpo.
- › **Comitê Trabalhista:** debate questões relacionadas aos profissionais do inpEV. O comitê também apoia as demais unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo.
- › **Conselho Nacional de Centrais:** multidisciplinar, o grupo é formado por gestores de centrais de recebimento e tem entre suas funções demandas gerais do Sistema e a divulgação das melhores práticas para os conselhos regionais, atuando em apoio à administração do inpEV.
- › **GT Comitê de Aprovação de Artefatos:** avalia, controla e aprova a fabricação de artefatos a partir das embalagens vazias provenientes do Sistema Campo Limpo.
- › **GT Comitê de Embalagens:** avalia novas tendências, ciclo de vida das embalagens e as inovações do setor.

Conselho Diretor – Empresas**Basf S.A.**

Paulo Celso Mathias
Maurício do Carmo Fernandes

FMC

Marcelo Okamura
Zotico Silva

Dow AgroSciences Industrial Ltda.

Adriano Pescarmona
Felipe Bissoli

Ilhabras S.A. Indústrias Químicas

Gustavo Urdan
Juliano Justo

Syngenta Proteção e Cultivos Ltda.

Jorge Buzzetto
José Pelaquim

Conselho Diretor – Entidades

- › Abag (Associação Brasileira do Agronegócio)
- › Aenda (Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos)
- › Andav (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários)
- › Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal)
- › Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja)
- › CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil)
- › OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)
- › Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal)

Conselho Fiscal**Sipcam**

Luiz José Fraga Moreira
Traldi
Adilson da Cruz

Arysta

Yuji Hamada
Monica Vergé Fanucchi

Du Pont

Gustavo Queiroz Haddad
Manoel Canutto dos Santos Jr.

CÓDIGO DE CONDUTA GRI 102-16 e 205-2

Os princípios, os valores e a missão do inpEV estão explicitados no Código de Conduta, que direciona a postura esperada dos funcionários no relacionamento com os diferentes públicos.

O material foi revisado em 2017 e trata de temas como conflito de interesses, respeito às diferenças, segurança da informação, relacionamento com o setor público e enfatiza o compromisso do inpEV e de seus funcionários com a responsabilidade socioambiental. O código também define preceitos voltados à difusão de conhecimento e fomento à cooperação entre todos os elos da cadeia agrícola que integram o Sistema Campo Limpo. Com o código, também são divulgadas as políticas Anticorrupção e Concorrencial.

Todos os funcionários e os profissionais terceirizados são comunicados sobre o Código de Conduta durante o processo de integração, que inclui também o tema de combate à corrupção. Em 2019, 100% dos contratados passaram pelo processo. Há, ainda, capacitações periódicas sobre o tema e a próxima está prevista para acontecer em 2020.



O Código de Conduta do inpEV é público e pode ser acessado no site do Instituto: www.inpev.org.br.

Temas materiais



GRI 102-40, 102-42 e 102-43

A definição dos principais temas de atuação do inpEV é realizada a partir de um processo de materialidade que cruza a percepção dos públicos com os quais o Instituto se relaciona e a sua realidade cotidiana. Na análise mais recente, de 2017, essas questões foram reunidas em oito temas que resumem as áreas-chave em que o Instituto gera impacto e tem potencial para ampliar sua influência positiva.

PROCESSO

1

IDENTIFICAÇÃO

Listados temas relevantes a partir da análise de documentos (diretrizes internas, estudos setoriais e materialidade anterior) e da revisão, com a equipe de gestores, dos principais impactos, públicos envolvidos e áreas.

2

PRIORIZAÇÃO

Entrevistas externas, internas e consulta *on-line* com gestores, funcionários e associados ajudaram a priorizar os temas.

3

VALIDAÇÃO ESTRATÉGICA

A diretoria do inpEV faz a validação estratégica da lista de temas materiais.



Confira a seguir a descrição detalhada de cada tema material, sua relevância para o inpEV, bem como a indicação de onde ocorre o impacto e onde encontrar mais informações.

TEMAS MATERIAIS DO INPEV

GRI 102-44, 102-46, 102-47 e 103-1

EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES

Por que ele é material

Acompanhar a ampliação das fronteiras agrícolas e o crescimento na produção do setor é fundamental para a efetividade do Sistema Campo Limpo.

A estrutura de destinação ainda pode permitir no futuro a incorporação da gestão de resíduos de outros setores e contribuir para o alcance da visão do inpEV de atingir a autossuficiência financeira.

Aspectos considerados

Ampliação geográfica; e processamento de outras embalagens de produtos agrícolas.

Extensão do impacto

Fora do inpEV.

Leia mais

Pág.28

LOGÍSTICA

Por que ele é material

Uma complexa operação logística permite a destinação das embalagens vazias em todo o território brasileiro. O inpEV é responsável pelo transporte das embalagens a partir das unidades de recebimento até o destino final, o que alcança com planejamento, tecnologia, sistemas e rastreabilidade de toda a cadeia. A gestão de custos do frete é um ponto de atenção permanente.

Aspectos considerados

Logística reversa; rotas seguras; infraestrutura logística; e facilidade de retorno das embalagens e condições de transporte.

Extensão do impacto

Fora do inpEV.

Leia mais

Pág.30

ECOEFIÊNCIA OPERACIONAL

Por que ele é material

A busca de processos mais sustentáveis e instalações eficientes também são constantes. Além disso, estudos de avaliação de impacto calculam os benefícios ambientais do Sistema, que evita emissões de gases de efeito estufa e uso de recursos naturais.

Aspectos considerados

Gestão de recursos naturais; uso de materiais, água e energia; redução e reciclagem de materiais provenientes da operação; e instalações sustentáveis e emissões.

Extensão do impacto

Fora do inpEV.

Leia mais

Pág.32

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Por que ele é material

O Instituto está sempre buscando formas mais eficientes de fazer mais e melhor, seja por inovação em processos (da qual são exemplos a compactação de embalagens não lavadas, recebimento de sobras pós-consumo ou a mudança no processo de limpeza das embalagens vazias), seja em produtos (novas tecnologias para embalagens Ecoplástica® e Ecocap®). Esse olhar sistêmico tornou o Sistema Campo Limpo uma referência de economia circular.

Aspectos considerados

Inovação e tecnologia nas operações.

Extensão do impacto

Dentro e fora do inpEV.

Leia mais

Pág.35

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Por que ele é material

O Instituto desenvolve competências para estimular a evolução contínua e a inovação, além da especialização técnica em logística reversa de embalagens e economia circular.

Aspectos considerados

Gestão de carreira; treinamento e desenvolvimento dos colaboradores; aproveitamento interno; e atração e retenção de talentos.

Extensão do impacto

Dentro do inpEV.

Leia mais

Pág.36

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Por que ele é material

O inpEV busca ir além da sensibilização dos agricultores e usa a capilaridade do Sistema Campo Limpo para promover educação ambiental para estudantes e comunidades em temas como consumo consciente e responsabilidade compartilhada em diversos contextos. Promover educação e conscientização é uma determinação prevista na legislação para fabricantes, canais de distribuição e poder público.

Aspectos considerados

Educação e sensibilização de comunidades próximas a unidades de recebimento ou regiões consideradas críticas para a destinação correta das embalagens; educação ambiental para estudantes; e ações direcionadas a agricultores.

Extensão do impacto

Dentro e fora do inpEV.

Leia mais

Pág.41

DIÁLOGO E COOPERAÇÃO MULTISTAKEHOLDER

Por que ele é material

A valorização do diálogo e da cooperação faz parte da essência do inpEV. Um de seus valores é a atitude integradora, que reflete a característica de liderança do Instituto, o trabalho em equipe, a integração dos elos da cadeia e a disseminação do conhecimento.

Aspectos considerados

Processos de engajamento multistakeholder; diálogo e parcerias; interação com o governo e influência junto ao poder público; e articulação setorial com influência positiva no ambiente regulatório.

Extensão do impacto

Fora do inpEV.

Leia mais

Pág.45

VIABILIDADE ECONÔMICA

Por que ele é material

Como instituição sem fins lucrativos, as atividades do inpEV são majoritariamente custeadas por suas associadas e, em menor escala, por receitas geradas pelo próprio Sistema. O Instituto se compromete a buscar a autossuficiência econômica. Para isso, foca em redução de custos, ganhos de eficiência e produtividade, ampliação da reciclagem e avalia oportunidades de geração de receita decorrentes da gestão de resíduos de outros setores agrícolas e consultoria.

Aspectos considerados

Desempenho econômico e financeiro; crescimento; novos negócios; e geração de valor compartilhado.

Extensão do impacto

Dentro e fora do inpEV.

Leia mais

Pág.48



Expansão das operações

GRI 102-10, 103-2 e 103-3

A abertura do primeiro posto de recebimento do Amapá garantiu a presença fixa do Sistema Campo Limpo em todo o país.

O inpEV monitora a ampliação das fronteiras agrícolas no Brasil e identifica a necessidade de abrir novas unidades de recebimento. Em 2019, foram abertos dois postos e uma central – os postos são gerenciados por associações de revendas; a nova central está sob a gestão do inpEV.

Em fevereiro, foi inaugurado o primeiro posto de recebimento do Amapá, na capital Macapá, o que garantiu a presença fixa do Sistema Campo Limpo em todos os estados do país. Em abril, o município baiano de Barreiras ganhou sua segunda central de recebimento, de Placas, com capacidade para receber 1.000 toneladas de material por ano. Vale lembrar que a Bahia integra a região conhecida como Matopiba, ao lado do Maranhão, Tocantins e Piauí, que viu crescer a produção agrícola nos últimos anos. Em julho, foi inaugurado o posto de Abaiara, no Ceará. Anteriormente, a região do Cariri era atendida por recebimento itinerante, mas o aumento da produção especialmente de frutas na região justificou a abertura do posto, o terceiro do Ceará.

O Sistema Campo Limpo encerrou 2019 com 411 unidades de recebimento, sendo 107 centrais e 304 postos. Em 2018, havia 110 centrais e 301 postos. No ano, quatro centrais que registravam pequeno volume de recebimento foram transformadas em postos. Em dezembro, o inpEV era o responsável pela gestão de 29 centrais (*veja onde estão localizadas as 29 centrais no mapa da página ao lado*).

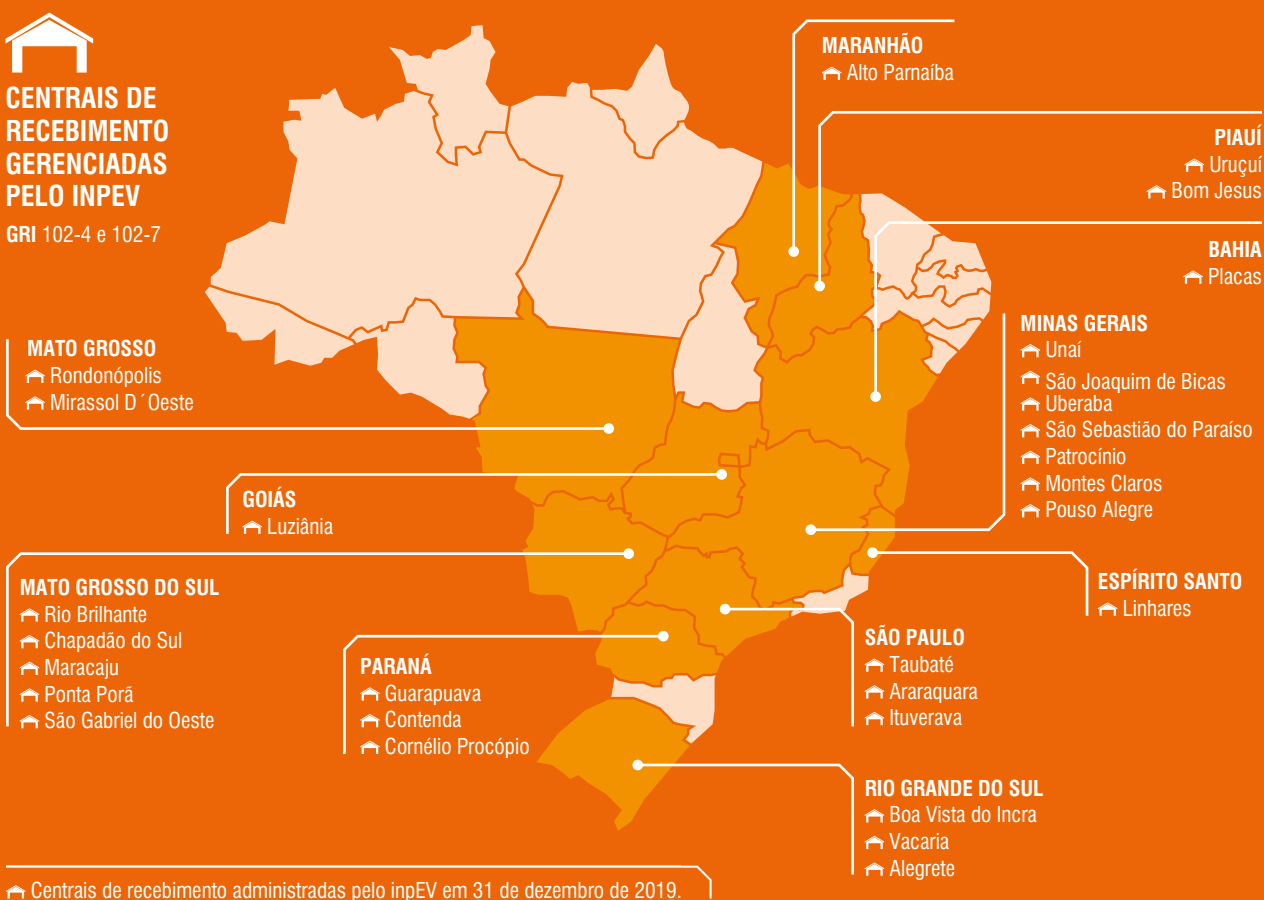
PRÓXIMO DO AGRICULTOR

Com os recebimentos itinerantes, o Sistema Campo Limpo ganha ainda mais capilaridade e amplia o acesso de pequenos agricultores que vivem em locais distantes das unidades fixas de recebimento. Em 2019, foram realizados 4,5 mil recebimentos itinerantes.

SOBRAS PÓS-CONSUMO

O recebimento de embalagens com sobras de defensivos agrícolas regularmente fabricados e comercializados requer cuidados específicos e, após a publicação da Resolução Conama nº 465/2014, o Sistema Campo Limpo adequou suas unidades, treinou os profissionais e obteve novas licenças de operação junto aos órgãos ambientais. Em 2019, das 411 unidades, 103 centrais e 101 postos estavam aptos a receber esses volumes. No ano, 131 toneladas de resíduos pós-consumo foram destinadas.

O inpEV também apoia as autoridades legais em ações pontuais, voltadas para a destinação de produtos impróprios e/ou defensivos agrícolas obsoletos (produtos proibidos por lei desde 1985, segundo Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura e que ainda possam estar no campo). Nesses casos, são realizados convênios em que o inpEV colabora com o poder público a partir do seu conhecimento na gestão desses resíduos e da sua estrutura de destinação. Em 2019, o Instituto assinou um novo convênio com o governo do Paraná para destinar produtos ilegais apreendidos pelo órgão ambiental daquele estado.





Logística

GRI 103-2, 103-3 e 306-4

Fundamental para o Sistema Campo Limpo, o modelo logístico adotado para a destinação das embalagens vazias ou com sobras pós-consumo é o frete de retorno, que otimiza o processo e os custos do Sistema. O mesmo veículo que entrega os defensivos agrícolas do fabricante para os agricultores, revendas e cooperativas transporta as embalagens vazias das unidades de recebimento para recicladores e incineradores. O conceito é adotado em mais de 98%¹ das cargas das centrais para o destino final.

Além de seus benefícios ambientais, esse tipo de frete reduz os custos em aproximadamente 45%. Adicionalmente, ele diminui o número de veículos em trânsito e a emissão de poluentes. Em 2019, o Sistema movimentou 12.958 caminhões. Vale lembrar que o transporte dos materiais considerados resíduos perigosos (embalagens não laváveis, as que não passaram pelo processo de lavagem adequado pelo agricultor e as sobras pós-consumo) acontece em todo o território nacional, em linha com a legislação vigente. Em 2019, foram transportadas 3.165,7 toneladas desse tipo de resíduo.

Em relação à segurança, nas centrais e postos, todos os veículos passam por uma inspeção antes da saída. São conferidas a documentação do veículo e as condições do motorista e de itens como pneus, luzes, freios e as cintas que amarram os fardos. Os motoristas que realizam o transporte também são especializados, aumentando a segurança dessa etapa. O inpEV ainda monitora as principais transportadoras que atendem ao Sistema, o que contribui para o aprimoramento dos processos e assegura a conformidade com a legislação.

Diversas iniciativas buscam otimizar a etapa logística e torná-la cada vez mais eficiente. Um exemplo é o SIC (Sistema de Informações das Centrais), que permite o gerenciamento dos volumes de embalagens recebidas e o estoque das unidades, e auxilia na gestão do deslocamento dos caminhões que atendem ao Sistema Campo Limpo. Já implantado em todas as centrais, o SIC está sendo estendido para os postos, o que aumentará a rastreabilidade do Sistema (*leia mais na página 35*). No fim de 2019, mais de 150 postos já estavam integrados ao SIC.

¹ Considera o transporte das centrais para as unidades de destinação: recicladoras ou incineradoras.

A logística entre os postos e as centrais, de menor quilometragem e necessidades logísticas distintas, não é feita no modelo de frete de retorno.



CUSTO DO FRETE

Ao longo de 2019, o inpEV participou de audiências públicas em conjunto com a CNI (Confederação Nacional da Indústria) para sensibilizar a esfera governamental sobre os ganhos ambientais gerados pela logística reversa viabilizada pelo Sistema Campo Limpo. A própria PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) prevê a criação de incentivos para a consolidação dos sistemas de logística reversa no país, com impactos positivos para a gestão dos resíduos, o meio ambiente e a saúde da população.

No entanto, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) estabeleceu novas regras para a cobrança do frete no início de 2020 e reajustou o valor do piso mínimo referente ao quilômetro rodado. Ao desconsiderar as características do formato de frete de retorno na definição desses valores, a nova regulamentação onera e penaliza a logística reversa.

12.958 caminhões movimentados e **mais de 6 milhões de quilômetros** percorridos em 2019.

9.400 veículos se deslocaram dos postos para as centrais; e

3.558 veículos se deslocaram das centrais para o destino final (recicladores ou incineradores).



Ecoeficiência operacional

GRI 103-2, 103-3 e 305-5



DE 2002 A 2019:

752.658
toneladas de
CO₂eq evitadas

equivalentes a 14.224
viagens de caminhão ao
redor da Terra.



33 bilhões
de megajoules
de energia

deixaram de ser consumidos:
o suficiente para abastecer
4,7 milhões de residências
durante 1 ano.

Como entidade gestora do Sistema Campo Limpo, o inpEV busca avançar continuamente para garantir processos e instalações cada vez mais sustentáveis e eficientes.

Os benefícios ambientais da atuação do Sistema são avaliados anualmente por um estudo de ecoeficiência realizado pela Fundação Espaço Eco, organização especializada em avaliações de impacto e ciclo de vida. O levantamento compara o cenário atual real a uma situação hipotética sem a existência do programa de logística reversa, como ocorria até 2002, ano de sua estruturação. De 2002 a 2019, a atuação do Sistema evitou a emissão de 752.658 toneladas de gás carbono equivalente (CO₂eq) na atmosfera. Caso ele não existisse e essas emissões se efetivassem, seria preciso plantar cerca de 5,4 milhões de árvores para compensá-las.

O estudo de ciclo de vida reforça o papel do Sistema na promoção de operações produtivas circulares, elevando à máxima produtividade a capacidade de uso e reúso de bens e recursos naturais, mantendo-os na economia e gerando valor, além de reduzir a demanda por matérias-primas virgens (*leia mais na página 10*).

O cálculo é atualizado todos os anos e, a cada quatro anos, a metodologia é revisada para se manter alinhada às normas internacionais de avaliação de ciclo de vida de embalagens. São considerados os benefícios ambientais da destinação correta das embalagens e da reciclagem, além do cálculo do impacto da operação do Sistema, como o consumo de água e energia das unidades de recebimento e as emissões de gases de efeito estufa decorrentes da etapa logística.

Vale ressaltar que todas as unidades de recebimento possuem licença operacional e ambiental e alvará de funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros. Por meio do programa Implantar, o inpEV impulsiona a adoção de boas práticas operacionais, incluindo questões



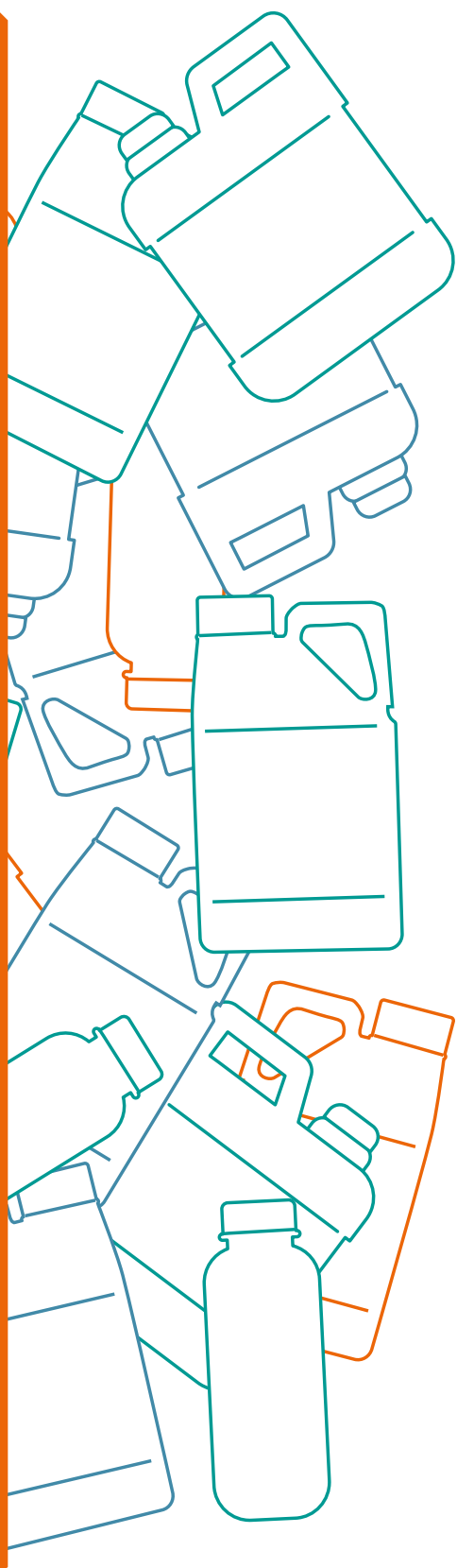
O engajamento dos agricultores é essencial para a efetividade do Sistema Campo Limpo. Na imagem, produtor rural de Contenda (PR).

socioambientais nas unidades. O programa considera diversos indicadores e, anualmente, reconhece as 20 centrais mais bem avaliadas. Entre as práticas para tornar as instalações e os processos do Sistema mais eficientes também se destaca a definição de um modelo de central de recebimento sustentável. Em 2019, a nova central de Placas (BA) foi construída segundo esses parâmetros.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001

Em 2019, o inpEV obteve a recertificação da NBR ISO 9001:2015, norma que trata sobre gestão de qualidade nas organizações, atestando a aderência do Instituto às melhores práticas, que garantem, inclusive, a segurança dos processos, especialmente para os funcionários das unidades de recebimento.

Foi o nono ciclo de auditoria, que incluiu, pela primeira vez, a central de recebimento de Placas, em Barreiras (BA), inaugurada em 2019, e a central de recebimento de Uberaba (MG). Além dessas duas unidades, o escopo da recertificação alcançou as centrais de Boa Vista do Incra (RS), Rondonópolis (MT), Taubaté (SP), Unaí (MG) e Uruçuí (PI).



Foram verificados os processos de recebimento, segregação, processamento, armazenamento e envio das embalagens à destinação final. A recertificação também considerou os processos do inpEV no gerenciamento das centrais de recebimento, da etapa logística e da destinação final das embalagens.

ENERGIA E ÁGUA GRI 302-1 e 303-1

Em 2019, foram consumidos 397 GJ de energia elétrica na sede do inpEV e em sete centrais de recebimento sob a gestão do Instituto: Taubaté (SP), Unaí (MG), Uruçuí (PI), Alto Parnaíba (MA), Boa Vista do Incra (RS), Rondonópolis (MT) e a central de Placas, em Barreiras (BA), inaugurada no início de 2019.

Dos 197 GJ consumidos pelas sete centrais, 169 GJ foram adquiridos via concessionária de energia e 28 GJ gerados na central de Unaí, que tem sistema fotovoltaico desde o fim de 2018 – aproximadamente 94% do total consumido na central em 2019 foi gerado na própria unidade. Com a medida, houve uma redução de 86% nos gastos com energia elétrica em Unaí.

A intensidade energética, que equivale ao total de energia elétrica utilizado para destinar 1 kg de embalagem vazia, correspondeu a 63,1 J/kg de embalagem destinada.

Em relação ao consumo de água, a sede do inpEV e a central de Rondonópolis (MT) utilizam água proveniente de abastecimento municipal, enquanto as demais centrais possuem poços artesianos. Vale destacar que, dada a natureza das atividades das centrais de recebimento, o consumo de água é baixo. Todo o descarte de efluentes equivale a esgoto doméstico e é realizado nas redes públicas de coleta.

A central de Rondonópolis consumiu 494 litros em 2019. Não é possível reportar o consumo das demais centrais, pois o monitoramento ainda não é realizado, nem o consumo no escritório do inpEV, já que a medição não é individualizada.

Inovação e tecnologia

GRI 103-2 e 103-3



A inovação e o desenvolvimento tecnológico são imprescindíveis para o aprimoramento contínuo do Sistema Campo Limpo. Basta lembrar que a Ecoplástica®, produzida a partir da resina reciclada das embalagens vazias, e a Ecocap®, sistema de vedação igualmente produzido a partir da reciclagem, são resultados de evoluções tecnológicas da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. As duas recicladoras foram idealizadas pelo inpEV e se tornaram parceiras do Sistema.

Mas a inovação não produz apenas novos produtos, ela também aprimora processos e contribui para que o Sistema seja cada vez mais eficiente e, no futuro, autofinanciado.

Após a adoção de uma plataforma de *strategic sourcing* em 2018, que permitiu à área de Suprimentos do inpEV realizar compras de produtos e serviços de forma mais sistematizada e otimizada, em 2019 a área estudou a viabilidade de implantar uma ferramenta de BI (*business intelligence*), cuja coleta e análise de dados podem tornar as tomadas de decisão ainda mais assertivas. A implementação da ferramenta, que estará conectada à plataforma de *strategic sourcing*, está prevista para 2020.

Também em 2019 o inpEV deu início a um projeto para aprimorar a rastreabilidade. A perspectiva é que os materiais processados nas centrais passem a contar com um código de barra, *QR Code* ou outra solução similar, permitindo que as informações contidas nesse código sejam processadas de forma automatizada no SIC (Sistema de Informação das Centrais).

Projeto que aprimora a rastreabilidade do Sistema Campo Limpo é uma frente de trabalho em inovação do inpEV.



Desenvolvimento humano

GRI 103-2 e 103-3

O número de funcionários do inpEV mais que dobrou de 2018 para 2019.

Além de atrair e reter talentos, impulsionar o desenvolvimento dos funcionários é o principal objetivo da estratégia de gestão de pessoas do inpEV, executada pela área de Recursos Humanos com o envolvimento de toda a liderança.

Em 2019, com o início do processo de incorporação de centrais de recebimento, o Instituto mais que dobrou o número de colaboradores, de 82 profissionais no fim de 2018 para 185 no ano seguinte. A maioria dos novos funcionários já atuava nas unidades antes administradas pelas associações de revendas e cooperativas, e foi mantida pelo inpEV, valorizando sua *expertise* e assegurando que o conhecimento sobre o Sistema Campo Limpo não se perca. A decisão também está em linha com o posicionamento do inpEV, que tem o aproveitamento interno de pessoas como uma prioridade, valorizando e desenvolvendo profissionais especializados em logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

TOTAL DE COLABORADORES GRI 102-8	Contrato por tempo indeterminado	Contrato temporário	Total
Por sexo			
Homens	125	0	125
Mulheres	59	1	60
Por região¹			
Região Sul	32	0	32
Região Sudeste	103	1	104
Região Centro-Oeste	34	0	34
Região Nordeste	15	0	15
Por tipo de jornada			
Integral	177	1	178
Meio período	7	0	7
Total²	184	1	185

1 Não há funcionários na região Norte do país.

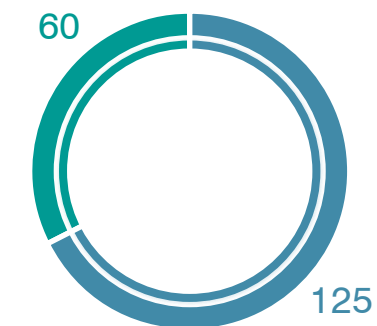
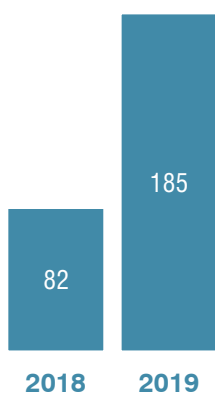
2 Dos 185 funcionários, sete são profissionais terceirizados e estão locados na sede do Instituto, em São Paulo (SP), realizando atividades de apoio.



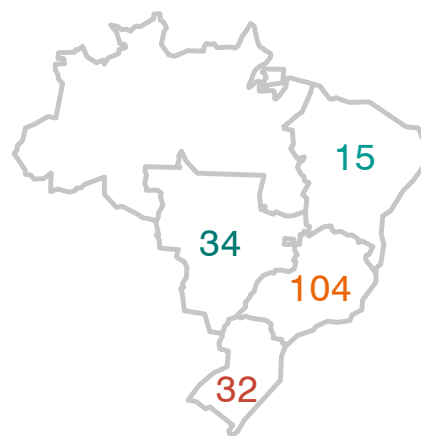
Profissional da central de Contenda (PR), uma das unidades que passou a ser gerenciada pelo inpEV em 2019.

PERFIL DA EQUIPE

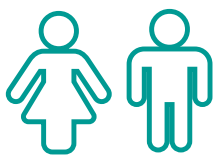
GRI 102-8



— Mulheres
— Homens



— Região Sul
— Região Sudeste
— Centro-Oeste
— Nordeste



GRI 102-41

100%

da equipe é coberta
por acordos de
negociação coletiva.

CICLO DE DESENVOLVIMENTO GRI 404-3 e 404-1

Como parte do programa ADCR (Avaliação de Desempenho e Contrato de Resultado), anualmente, os funcionários da área administrativa e os que ocupam cargos de supervisão, coordenação, gerência e diretoria definem em conjunto com seu gestor as metas individuais e realizam a avaliação de desempenho, que inclui autoavaliação e avaliação pelo líder direto. Em 2019, todos os funcionários elegíveis (mais de um ano de atuação no Instituto nos cargos de assistente, analista, supervisor, coordenador, gerente e diretor) passaram pela avaliação, que considera nove atributos, entre eles o desempenho técnico, o comprometimento pessoal e o trabalho em equipe.

Esses processos subsidiam o PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), que estabelece os treinamentos a serem realizados por cada funcionário. Outro processo de avaliação acontece a cada dois anos. Trata-se do Programa de Avaliação de Potencial, em que todos os líderes se reúnem com a Diretoria Executiva para identificar os profissionais com potencial para assumir cargos de liderança no futuro e definir a estratégia de desenvolvimento para cada um. Para 2020, está prevista a estruturação do Programa de Desenvolvimento de Liderança, em parceria com o ICI (Instituto Internacional de Coaching).

Em 2019, a matriz de treinamentos para a área administrativa continha mais de 20 capacitações (técnicas e comportamentais). O curso EAD sobre o Sistema Campo Limpo, que ganhou nova plataforma em 2019, também fez parte da grade de treinamentos.

Para o público operacional, os treinamentos de integração para os colaboradores das centrais cuja gestão passou a ser do inpEV foram priorizados. Houve, ainda, capacitações sobre segurança e procedimentos operacionais.

Em 2019, foram 10.595 horas de treinamento para os 185 colaboradores do Instituto, uma média de 57,27 horas de capacitação por colaborador. Na equipe administrativa, a média chegou a 35,88 horas de treinamento por funcionário; para a equipe operacional, que atua nas centrais de recebimento, a média foi de 49,83 horas de treinamento por profissional.

SEGURANÇA PARA O SISTEMA CAMPO LIMPO GRI 403-2

A segurança é um dos valores do inpEV e segue como um dos focos da gestão. Em linha com todas as normas de segurança, desde 2018 o Instituto dispõe também de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, que garante a identificação e o monitoramento de riscos e a padronização de processos para prevenir acidentes e doenças ocupacionais.



A segurança é um dos focos do Sistema Campo Limpo, que investe em treinamentos e campanhas de conscientização para os profissionais do Sistema, entre outras ações.

Para consolidar essa cultura entre todos os profissionais do Sistema, foi organizada a 1ª Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) do Sistema Campo Limpo. Valorizando o autocuidado e com o tema “Você é o maior responsável pela sua segurança”, ocorreram palestras e dinâmicas simultaneamente em cem centrais e no escritório do inpEV.

MÉDIA DE TREINAMENTOS (H) GRI 404-1	Colaboradores	Horas	Média
Por categoria funcional			
Alta governança	0	0	0,00
Diretores	1	1,5	1,50
Gerentes	9	48,5	5,39
Coordenadores	19	224	11,79
Coordenadores/Supervisores de centrais	27	947,5	35,09
Administrativo	29	1.040,50	35,88
Operacional	92	4.584,50	49,83
Aprendizes	5	97	19,40
Estagiários	3	113	37,67
Por gênero			
Homens	125	8.448,00	67,58
Mulheres	60	2.146,50	35,78
Total	185	10.595	57,27

Além da Sipat, houve treinamentos específicos, campanhas de conscientização, instalação de sinalizações e alertas de segurança, adequação de equipamentos e padronização dos procedimentos de trabalho nas centrais gerenciadas pelo inPEV, incluindo as que passaram a ser administradas pelo Instituto ao longo de 2019. A área de Saúde e Segurança também foi reforçada com a contratação de mais um especialista, dedicado à segurança de processos.

Em 2019, a taxa de lesões e a taxa de gravidade (dias perdidos) cresceram em relação ao ano anterior. A taxa de absenteísmo recuou, passando de 1,92, em 2018, para 1,16, em 2019. O escopo do indicador inclui os colaboradores da sede do inPEV e das seis centrais que já estavam sob a administração do Instituto antes de 1º de janeiro de 2019, o que possibilitou o monitoramento dos 12 meses do ano. A diferença dos resultados entre homens e mulheres se deve ao fato de a maioria das mulheres desempenhar funções administrativas, cuja exposição ao risco é mais baixa. A diferença dos resultados entre as regiões se explica pelo volume mais alto de embalagens coletadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que implica no maior número de funcionários nas centrais dessas três regiões.

SAÚDE E SEGURANÇA POR GÊNERO¹ GRI 403-2

	2017			2018			2019		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Taxa de lesões ²	22,50	0,00	12,20	15,40	0,00	9,79	21,78	11,42	17,75
Taxa de doenças ocupacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de gravidade ³	112,50	0,00	61,20	30,81	0,00	19,59	36,3	22,84	31,07
Taxa de absenteísmo ⁴	0,00	0,00	0,00	1,21	0,02	1,92	1,52	0,61	1,16
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

SAÚDE E SEGURANÇA POR REGIÃO¹ – 2019 GRI 403-2

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Total
Taxa de lesões ²	45,91	11,91	51,65	0,00	0,00	17,75
Taxa de doenças ocupacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de gravidade ³	137,74	11,91	103,3	0,00	0,00	31,07
Taxa de absenteísmo ⁴	3,01	0,33	6,28	0	1,17	1,16
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0

1 O indicador considera os colaboradores da sede do inPEV e das centrais de Taubaté (SP), Rondonópolis (MT), Unaí (MG), Uruçuí (PI), Alto Parnaíba (MA) e Bom Jesus (RS).

2 A taxa de lesões inclui incidentes de baixa gravidade, atendidas com primeiros socorros no local, e é calculada segundo a fórmula: número de acidentados/horas-homem de exposição ao risco x 1.000.000. Entre as lesões estão contusões, cortes, quedas de mesmo nível etc.

3 Calculada com base na fórmula: (dias perdidos + dias debitados)/horas-homem de exposição ao risco x 100. Os dias perdidos são computados a partir do dia seguinte ao acidente.

4 Corresponde a horas perdidas/total de horas de trabalho x 100. Os dias perdidos são computados a partir do dia seguinte ao acidente.

Educação e conscientização

GRI 103-2 e 103-3



O inpEV vai além das ações de sensibilização cujo foco são os agricultores e que têm como principal objetivo manter o engajamento desse público em torno da correta destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas. O trabalho se estende a outros públicos, caso das comunidades em que as unidades de recebimento estão inseridas. Os resultados são sistematicamente monitorados pela área de Comunicação e Educação e norteiam as estratégias futuras.

PEA: REFERÊNCIA PARA A ONU GRI 413-1

Em 2019, o PEA (Programa de Educação Ambiental) Campo Limpo foi reconhecido pelo UN DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) como uma boa prática para a disseminação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Todos os anos, o PEA distribui kits educativos para serem trabalhados com alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das comunidades próximas às centrais de recebimento do Sistema Campo Limpo. Em 2019, das 107 centrais, 106 (98%) estiveram engajadas com o programa. O PEA continuou trazendo a gestão de resíduos sólidos como tema principal e incluiu, em 2019, a conexão com os ODS que, de forma lúdica e interativa, buscou despertar os estudantes para a importância da agenda global e como cada um na sociedade tem sua responsabilidade na conservação da qualidade de vida e do meio ambiente. Os materiais de divulgação também apontavam dicas para ajudar os alunos, suas famílias e membros das escolas e das comunidades a contribuir com práticas de consumo consciente.

Com o tema “Resíduos sólidos: responsabilidade compartilhada”, o programa buscou despertar o protagonismo dos estudantes em 2019. Outra inovação foi o alinhamento dos conteúdos pedagógicos à BNCC (Base Nacional Curricular Comum).



106 centrais de recebimento ajudaram a disseminar o PEA para mais de **240 mil alunos**, de mais de **2,5 mil escolas** em 2019.

No ano, foram distribuídos 9 mil kits educativos para 240.622 alunos de 2.571 escolas de 324 municípios *(na página a seguir, estão os números do PEA dos últimos três anos)*. Em 2020, o tema central segue sendo a gestão dos resíduos sólidos e terá ênfase a disseminação do conceito de economia circular. Os ODS também continuam como parte do conteúdo pedagógico.

PEA CHEGA À CAPITAL PAULISTA

Como a gestão de resíduos sólidos também é um desafio para as grandes cidades, em 2019 o inpEV levou o PEA a mais de 70 escolas da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, maior metrópole da América do Sul. Com a iniciativa, o inpEV tem a oportunidade de demonstrar a efetividade do Sistema Campo Limpo e contribuir com uma produção agrícola sustentável, além de constituir um exemplo bem-sucedido de logística reversa e economia circular a estudantes inseridos em uma realidade distinta da do campo. Em 2020, o PEA terá sequência na cidade de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO NO DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO GRI 413-1

O DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo), comemorado em 18 de agosto, é o principal momento de mobilização de todos os representantes dos elos da cadeia agrícola. Em 2019, que marcou os 15 anos do evento, mais de 78 mil pessoas participaram, superando a marca registrada no ano anterior. A solenidade oficial foi organizada na central de recebimento de Bebedouro (SP), gerenciada pela Coopercitrus (Cooperativa de Produtores Rurais).

Com o tema “Juntos, semeando o campo limpo”, 102 centrais de recebimento (94% do total), localizadas em 22 estados brasileiros, celebraram a data, com a realização de 411 atividades. Trabalhando também a educação e a conscientização ambiental, o evento traz atividades em frentes específicas: DNCL Universitário, com ações voltadas a estudantes; DNCL Dia de Campo, voltada aos agricultores com caráter comemorativo; DNCL Portas Abertas, que convida as comunidades próximas das unidades de recebimento a conhecer melhor o funcionamento de uma central; DNCL Ação Comunitária, que organiza atividades como a limpeza e manutenção de praças públicas, limpeza de margens de rios e plantio de viveiros de mudas, entre outras ações; e DNCL Solenidades, que marca a presença das autoridades públicas locais.

CONSCIENTIZAÇÃO DO AGRICULTOR

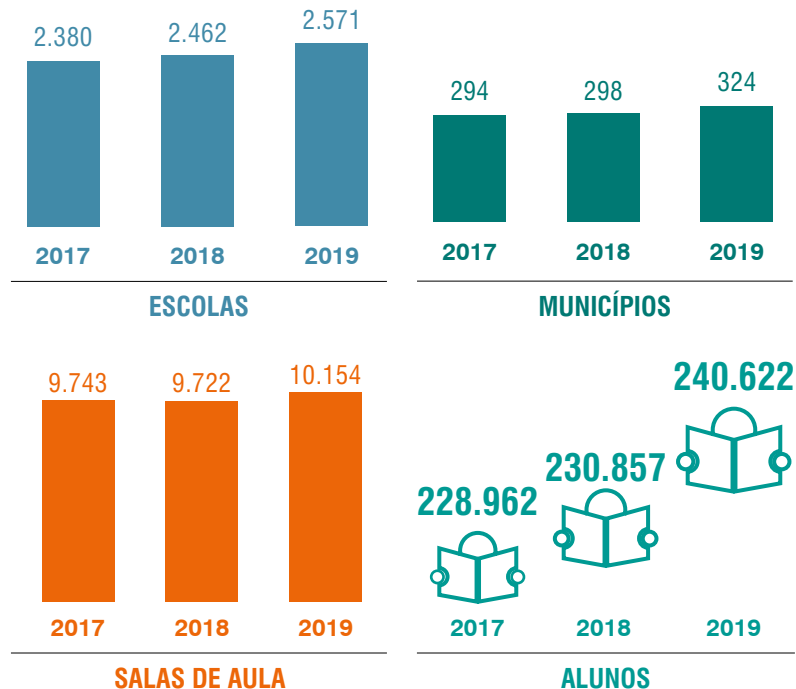
O inpEV também promove campanhas periódicas para incentivar o engajamento dos agricultores e orientá-los sobre sua responsabilidade de devolver as embalagens vazias e os procedimentos adequados de armazenagem. Em 2019, duas ações chamaram atenção para a devolução das tampas das embalagens. Outra campanha reforçou a importância da tríplex lavagem como procedimento prévio à devolução das embalagens.





O PEA 2019 também abordou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Beneficiados pelo PEA





Evento marca o Dia Nacional do Campo Limpo na central de recebimento de Rondonópolis (MT).

NOVA PLATAFORMA EAD

O curso *on-line* sobre o Sistema Campo Limpo, disponível no *site* do inpEV, passou a ser hospedado em uma nova plataforma em 2019 e ganhou mais recursos e ferramentas, que tornam a aprendizagem ainda mais interativa, amigável e atrativa. O curso, que também pode ser feito pelo *smartphone* ou *tablet*, inclui informações sobre a legislação pertinente, as responsabilidades de cada elo da cadeia e o funcionamento do Sistema.

Desde que a nova plataforma foi lançada, mais de 2.200 pessoas já se inscreveram e aproximadamente 1.600 concluíram o curso. Em 2019, o inpEV difundiu o curso *on-line* para os colaboradores das empresas associadas e dos distribuidores, buscando incentivar que eles se tornem multiplicadores dos conceitos que envolvem o Sistema Campo Limpo. O treinamento também pode ser feito por estudantes e profissionais de logística de outros setores e demais interessados.

Diálogo e cooperação *multistakeholder*

GRI 102-12, 103-2 e 103-3



Ao participar de distintas iniciativas e grupos multilaterais, o inpEV dissemina o modelo já consolidado de logística reversa e economia circular do Sistema Campo Limpo e tem a chance de influenciar positivamente outros atores. Em contrapartida, acompanha as principais discussões da agenda global de sustentabilidade, o que lhe permite aprimorar internamente suas práticas e processos.

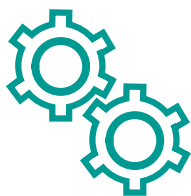
Em 2019, dois movimentos reforçaram esse posicionamento: adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), e ao Proclima (Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo). O Pacto Global, que impulsiona a adoção de dez princípios ligados a direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e práticas anticorrupção, é formado por 9.900 membros, dos quais 800 são brasileiros. Ao longo do ano, o Instituto integrou o Grupo Temático de Alimentos e Agricultura da Rede Brasil. O Proclima congrega organizações comprometidas com a redução das emissões de GEE (gases de efeito estufa).

Adicionalmente, o inpEV se mantém comprometido com os Termos de Compromisso para Logística Reversa de Embalagens Vazias de Agrotóxicos dos estados de São Paulo, Paraná e Ceará. Anualmente, reporta o atendimento às metas de destinação e de abrangência geográfica de cada estado.

OUTROS EVENTOS

O inpEV participa de diferentes eventos do setor agrícola, organizados por entidades engajadas no tema de gestão de resíduos sólidos, e de fóruns de sustentabilidade. Em 2019, marcou presença, por exemplo, nos eventos da Abrampa (Associação Brasileira de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente), como o XIX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, em Curitiba (PR), e quatro seminários em Belém (PA), Campo Grande (MS), Goiânia (GO) e Fortaleza (CE). Também participou dos eventos da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público).

Na edição 2019 do Prêmio LIDE Agronegócio, iniciativa do Grupo de Líderes Empresariais, o inpEV foi um dos vencedores na categoria Sustentabilidade.



CONTRIBUIÇÃO À ABNT

Em 2019, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) publicou a nova versão da norma NBR 9843, que trata sobre o armazenamento adequado e seguro de defensivos agrícolas e afins. A norma incorporou uma quinta parte, que aborda especificamente o armazenamento das embalagens vazias ou contendo sobras pós-consumo em centrais e postos de recebimento. Essa foi uma contribuição do inPEV ao grupo de trabalho da ABNT responsável pela atualização da normativa.

Em dezembro, o diretor-presidente do Instituto participou de um *workshop* organizado pela Croplife China, em Xangai, para apresentar o modelo brasileiro de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas, considerado referência mundial. Logo na sequência, recebeu uma delegação chinesa que veio ao Brasil para conhecer de perto o Sistema Campo Limpo.

Os representantes do Instituto compareceram também nos seguintes eventos:

- › **II Encontro Internacional de Direito Administrativo Contemporâneo e os Desafios de Sustentabilidade: Cidades Inteligentes, Humanas, Sustentáveis e a Nova Agenda Urbana**, na capital paulista.
- › **Dia de Campo: Caminhos do Agro SP**, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no IAC (Instituto Agrônomo de Campinas).
- › **III Seminário Paranaense de Logística Reversa**, em Curitiba (PR), organizado pela Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná).
- › **21ª Semana do Meio Ambiente**, em São Paulo (SP), da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).
- › **I Seminário Nordeste de Resíduos Sólidos**, em Fortaleza (CE).



O diretor-presidente do inpEV, João Cesar Rando, com o governador paulista, João Doria, e o vice-prefeito de Campinas, Henrique Magalhães Teixeira, no evento Dia de Campo: Caminhos do Agro SP.

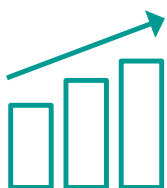


Representantes do inpEV apresentam o Sistema Campo Limpo durante 21ª Semana do Meio Ambiente, da Fiesp/Ciesp (à esquerda), em São Paulo (SP), e seminário da Abrampa (à direita), em Campo Grande (MS).



Viabilidade econômica

GRI 103-2, 103-3 e 201-4



R\$ 1,4 bilhão
investidos desde
2002 para o
custeio das
atividades do
Sistema Campo
Limpo¹.

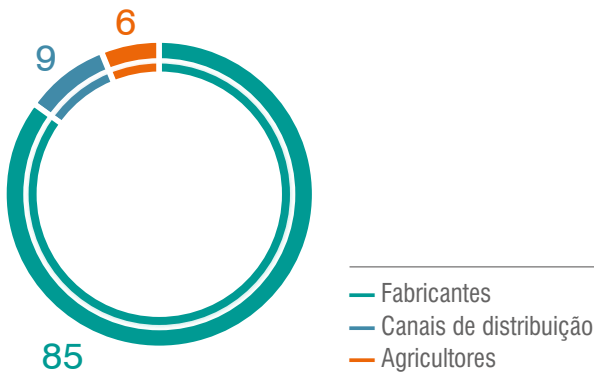
¹ Refere-se a investimentos feitos por todos os elos da cadeia.

As receitas do inpEV vêm da contribuição da indústria fabricante de defensivos agrícolas, das taxas de credenciamento dos recicladores, dos ingressos para custeio das unidades de recebimento e do arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O Instituto não recebe apoio financeiro do governo ou repasses de agências de crédito. O orçamento é acompanhado mensalmente em reuniões gerenciais e do Conselho Diretor do Instituto.

Toda a gestão se mantém comprometida com iniciativas de eficiência, ganhos de produtividade e redução dos custos. Em 2019, foi concluído o projeto que transfere a etapa de retirada dos rótulos e bulas das embalagens vazias para os recicladores. Antes retiradas manualmente nas centrais e postos, elas agora são removidas de forma automatizada nos parceiros. O inpEV também desenvolveu o projeto para a reciclagem de embalagens rígidas não lavadas. Com essa iniciativa, essas embalagens, que antes eram incineradas, passam a ser recicladas.

O conhecimento e a experiência como entidade gestora do Sistema Campo Limpo possibilitam, ainda, que o inpEV atue na frente de prestação de serviços e consultoria, auxiliando outros setores e empresas a estruturar e gerir sistemas de logística reversa semelhantes ao da cadeia agrícola. O Instituto segue avaliando essas oportunidades, que igualmente podem contribuir para a autossuficiência de todo o Sistema.

CUSTEIO DO SISTEMA EM 2019 (%)



Saiba mais sobre o desempenho econômico do inpEV nas Demonstrações Financeiras, na página 57.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(R\$ milhões) GRI 102-7

	2017	2018	2019
Ativo total	101,1	108,8	136,7
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002	1.129	1.253	1.380
Receita líquida das atividades	126,5	135,4	139,2
Contribuições de associados	67	72	72
Taxa de credenciamento¹	14	15	16
Arrendamento Campo Limpo²	7	8	10
Patrimônio líquido	84	98	113
Dívida líquida³	2	2	2

1 Paga pelos recicladores pela remessa de embalagens enviadas pelo inpEV e pela cooperação técnica com o Instituto.

2 Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ao inpEV.

3 Considera apenas obrigações com fornecedores, excluindo obrigações com centrais e postos.

Como se associar ao inpEV

Podem se associar ao inpEV as indústrias fabricantes ou importadoras que detenham registro de defensivos agrícolas de acordo com a Lei Federal nº 7.802/89, desde que, no ato de afiliação, enquadrem-se nas seguintes circunstâncias: fabriquem (direta ou indiretamente, via contrato de *tolling*); formulem ou importem pelo menos um produto defensivo agrícola já comercializado no mercado brasileiro; e sejam os titulares dos direitos de fabricação, formulação ou importação relativos ao registro do referido produto perante o órgão competente.

A empresa deve entrar em contato com o inpEV via *e-mail* ou telefone a fim de receber as informações necessárias para realizar uma reunião presencial com seu representante legal. Nessa reunião, são explicados o sistema de logística reversa, os procedimentos de afiliação ao inpEV, seus processos internos e custos. A proposta de associação é apresentada ao Conselho Diretor mensalmente para aprovação final.

EMPRESAS ASSOCIADAS

- ADAMA BRASIL S.A.
- ADM DO BRASIL LTDA.
- AGBITECH CONTROLES BIOLÓGICOS LTDA.
- AGRIVALLE BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- AGRO IMPORT DO BRASIL LTDA.
- AGROCETE INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA.
- AGROFRESH BRASIL LTDA.
- AGROVANT COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ALAMOS DO BRASIL LTDA.
- ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA.
- ALLIERBRASIL AGRONOMIA LTDA.
- ALTA - AMÉRICA LATINA TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA
- AMERIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- AMVAC DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.

- ANASAC BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
- ANDERMATT DO BRASIL SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- ATTA-KILL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- AVGUST CROP PROTECTION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
- BALLAGRO AGRO TECNOLOGIA LTDA.
- BASF S.A.
- BAYER S.A.
- BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- BIO CONTROLE MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA.
- BIOCONTROL SISTEMA DE CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.
- BIONAT SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA.
- BIORISK ASSESSORIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- BIOVALENS LTDA.
- BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- CCAB AGRO S.A.
- CHDS DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- CHEMITEC AGRO-VETERINÁRIA LTDA.
- COPALLIANCE - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- CROPCHER LTDA.
- CROSS LINK CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA.
- DALNEEM BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- DEGESCH DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- DINAGRO AGROPECUÁRIA LTDA.
- DOMINUS QUÍMICA LTDA.
- DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.
- DU PONT DO BRASIL S.A.
- ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA.
- FÊNIX AGRO PECUS INDUSTRIAL LTDA.
- FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- FORQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- GREEN PLACE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
- HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA.
- IHARABRÁS S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS
- INDOFIL INDUSTRIES DO BRASIL LTDA.
- INDÚSTRIA QUÍMICA DIPIL LTDA.
- INQUIMA LTDA.
- IRRIGAÇÕES DIAS CRUZ LTDA.
- ISAGRO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROQUÍMICOS LTDA.
- ISCA TECNOLOGIAS LTDA.
- KOPPERT DO BRASIL HOLDING LTDA.
- LABORATÓRIO DE BIOCONTROLE FARROUPILHA LTDA.
- LANDEVO QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
- LUXEMBOURG BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MANEOGENE AGROCIÊNCIAS S.A.
- MASTERBOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- MICROSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA
- MITSUI & CO (BRASIL) S.A.
- MOMENTIVE PERFORMANCE MATERIALS INDÚSTRIA DE SILICONES LTDA.
- MONSANTO DO BRASIL LTDA.

- MORSOLETT & VICENTE CANO LTDA.
- NICHINO DO BRASIL AGROQUÍMICOS LTDA.
- NORTOX S.A.
- NOVOZYMES BIOAG PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA.
- NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.
- OLIGOS BIOTECNOLOGIA FABRICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- ORO AGRI BRASIL PRODUTOS PARA AGRICULTURA LTDA.
- OURO FINO QUÍMICA LTDA.
- OXÍQUÍMICA AGROCIÊNCIA LTDA.
- OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PB BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELATINAS LTDA.
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
- PILARQUIM BR COMERCIAL S.A.
- PLATO DO BRASIL COMÉRCIO LTDA.
- PRENTISS QUÍMICA LTDA.
- PROMIP MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS LTDA.
- PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- PROREGISTROS REGISTROS DE PRODUTOS LTDA.
- PROVENTIS LIFESCENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- PRTRADE TECNOLOGIA E INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
- RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.
- RIZOFLORA BIOTECNOLOGIA S.A.
- ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- SABERO ORGANICS AMÉRICA S.A.
- SHARDA DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E AGROQUÍMICOS LTDA.
- SIMBIOSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES E INSUMOS MICROBIOLÓGICOS LTDA.
- SINON DO BRASIL LTDA.
- SIPCAM NICHINO BRASIL S.A.
- SOLUS INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.
- STOCKTON - AGRIMOR DO BRASIL
- STOLLER DO BRASIL LTDA.
- SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.
- SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS S.A.
- TAGROS BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TAMINCO DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
- TECNOMYL BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.
- TIDE DO BRASIL LTDA.
- TOYOBO DO BRASIL PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA.
- TRADECORP DO BRASIL COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
- TUNDRA AGROINDUSTRIAL LTDA.
- TZ BIOTEC LTDA. ME
- UNIBRÁS AGROQUÍMICA LTDA.
- UNION AGRO LTDA.
- UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A.
- VECTORCONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
- VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS LTDA.
- W. NEUDORFF SERVIÇOS DE AGRICULTURA DO BRASIL LTDA.
- YONON BIOCÊNCIAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA.

RECICLADORAS E INCINERADORAS PARCEIRAS

Nome	Localização
Recicladoras	
CAMPO LIMPO TAMPAS E RESINAS PLÁSTICAS LTDA.	Taubaté (SP)
CAMPO LIMPO RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS S.A.	Taubaté (SP)
CIMFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	Maringá (PR)
DINOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	Louveira (SP)
PLASTIBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Cuiabá (MT)
ECO PAPER PRODUTOS EM PAPEL LTDA.	Pindamonhangaba (SP)
TUBOLIX EMBALAGENS LTDA.	Tietê (SP)
GLOBAL STEEL TRANSPORTE E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO EIRELI	Piracicaba (SP)
VALPASA INDÚSTRIA DE PAPEL LTDA.	Tangará (SC)
VASITEX VASILHAMES LTDA.	Guarulhos (SP)
Incineradoras	
CLARIANT S.A./PCN SUZANO SPE S.A.	Suzano (SP)
ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.	Taboão da serra (SP)
ECOVITAL CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A.	Sarzedo (MG)
NEOTECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.	Uberaba (MG)



Sumário de conteúdo GRI

101 FUNDAMENTOS 2016

102 CONTEÚDO GERAL 2016

Página/resposta

Omissão

Perfil

102-1 Nome.

17

102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços.

A descrição está na página 17. Não há nenhum serviço prestado pelo inPEV em determinado mercado que seja proibido em outras regiões de atuação.

102-3 Localização da sede.

São Paulo.

102-4 Localização das operações.

29

102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade.

Entidade privada sem fins lucrativos.

102-6 Mercados em que atua.

17

102-7 Porte.

17, 29 e 49

102-8 Empregados e outros trabalhadores.

36

102-9 Cadeia de fornecimento.

20

102-10 Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecimento.

Não houve mudanças significativas na cadeia de fornecimento, mas a operação foi ampliada, conforme descrito nas páginas 28 e 29.

102-11 Princípio da precaução.

O inPEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas aplica a gestão de riscos ao planejamento e execução das atividades, visando a segurança e a minimização dos impactos.

102-12 Iniciativas externas.

45

102-13 Participação em associações.

O inPEV é membro da CropLife Latin America, organização internacional que defende a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, e integra o comitê do Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal).

Estratégia

102-14 Mensagem do principal tomador de decisão.

2

Ética e integridade

102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta.

18

101 FUNDAMENTOS 2016

102 CONTEÚDO GERAL 2016

		Página/resposta	Omissão
Governança	102-18 Estrutura de governança.	20	
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i> .	45	
	102-41 Acordos de negociação coletiva.	38	
	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i> .	25	
	102-43 Abordagem para envolver os <i>stakeholders</i> .	25	
	102-44 Principais temas e preocupações levantadas.	26	
Práticas de relato	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Este relatório segue o mesmo escopo das Demonstrações Financeiras que integram a publicação, cobrindo todas as entidades que compõem o inpeV.	
		Pág. 26.	
	102-46 Definição do conteúdo e limites.	Os indicadores reportados consideram a totalidade da operação do inpeV e as exceções são indicadas claramente.	
	102-47 Lista de temas materiais.	26	
	102-48 Reformulação de informações.	No indicador 102-8 foi detectado um erro no total de funcionários indicado no Relatório de Sustentabilidade 2018 (83), e esta edição informa o número corrigido (82).	
	102-49 Mudanças na elaboração do relatório.	Não houve mudanças metodológicas significativas, mas o escopo de cobertura acompanhou a ampliação das operações, com a inclusão de novas centrais de recebimento nos indicadores de monitoramento.	
	102-50 Período coberto pelo relatório.	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.	
	102-51 Data do relatório mais recente.	Maior de 2019.	
	102-52 Ciclo de publicação.	Anual.	
	102-53 Contato para dúvidas.	Por e-mail: faleconosco@inpev.org.br ou pelo site: http://inpev.org.br/fale-conosco/ .	
	102-54 Declaração de conformidade com a Norma GRI.	Este relatório foi preparado em conformidade com o GRI Standards, opção Essencial.	
	102-55 Sumário de conteúdo GRI.	52	
	102-56 Verificação externa.	Limitou-se às Demonstrações Financeiras. O relatório da auditoria independente está na página 57.	

103 FORMA DE GESTÃO 2016 (para todas as ocorrências)

CONTEÚDO TEMÁTICO 2016 (para todas as ocorrências)

TEMAS MATERIAIS		Página/resposta	Omissão
Expansão das operações	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 26. Os principais impactos se relacionam às atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	28	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	28	
	Informações relevantes de monitoramento de desempenho.	28	
Ecoeficiência operacional	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 26. Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo próprio inpEV. A cobertura do tema sofre limitações no que se refere ao consumo de água, cujo impacto não é considerado significativo e para o qual não há um sistema de monitoramento.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	32	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	32	
	301-3 Produtos e embalagens recuperados.	14	
	302-1 Consumo de energia dentro da organização.	34	
	303-1 Total de retirada de água, por fonte.	34	
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa.	32	
	306-2 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	15	
	307-1 Não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais.	Não houve.	
Inovação e tecnologia	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 26. Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	35	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	35	
	Informações relevantes de monitoramento de desempenho.	35	

103 FORMA DE GESTÃO 2016 (para todas as ocorrências)**CONTEÚDO TEMÁTICO 2016 (para todas as ocorrências)**

TEMAS MATERIAIS		Página/resposta	Omissão
Desenvolvimento humano	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 27. Os principais impactos estão relacionados a atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	36	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	36	
	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos.	38	
	404-1 Média de horas de treinamento por colaborador.	38 e 39	
	404-3 Avaliação de desempenho.	38	
Diálogo e cooperação multistakeholder	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 27. Os impactos decorrem de atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	45	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	45	
	205-2 Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	100% do público interno foi comunicado. Não houve treinamentos em 2019.	
Educação e conscientização	413-1 Operações com programas de engajamento da comunidade, avaliação de impactos e/ou desenvolvimento local.	Todas as centrais gerenciadas pelo inpEV realizam o engajamento por meio do DNCL (Dia Nacional do Campo Limpo) e do PEA (Programa de Educação Ambiental), que são abordados em detalhes nas páginas 41 e 42.	
	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 27. Os impactos decorrem de atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	41	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	41	
	Informações relevantes de monitoramento de desempenho.	42 e 43	

103 FORMA DE GESTÃO 2016 (para todas as ocorrências)

CONTEÚDO TEMÁTICO 2016 (para todas as ocorrências)

TEMAS MATERIAIS		Página/resposta	Omissão
Logística	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 26. Os impactos são causados, principalmente, pela cadeia de fornecimento do inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	30	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	30	
	306-4 Transporte de resíduos perigosos.	30	
Viabilidade econômica	103-1 Explicação dos temas materiais e seus limites.	Pág. 27. Os principais impactos são decorrentes de atividades gerenciadas pelo inpEV.	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes.	48	
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão.	48	
	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído.	49	
	201-4 Assistência financeira recebida do governo.	48	
	419-1 Não conformidade com leis e regulamentos na área social e econômica.	Não houve. O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado em 2018 e com ações previstas para a central de recebimento de Rondonópolis (MT), foi cumprido integralmente no prazo previsto, e as ações de caráter contínuo seguem em andamento.	

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de
Embalagens Vazias – inpEV**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- › Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- › Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- › Avaliamos a adequação das políticas contá-

beis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- › Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- › Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal

Contador CRC 1SP187382/O-o

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO – Em milhares de reais GRI 201-1

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	36.169	39.554	Fornecedores	2.021	2.400
Contas a receber (Nota 7)	17.405	11.673	Contas a pagar às centrais e postos (Nota 12)	4.231	2.309
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	8.709	5.935	Excedente de centrais (Nota 13)	2.474	2.483
Despesas do exercício seguinte	129	101	Salários e encargos sociais	3.373	2.988
	62.412	57.263	Tributos a pagar	326	340
			Provisão para contingências (Nota 14)	46	50
			Passivo de arrendamento (Nota 10.1)	342	-
			Adiantamentos de associadas (Nota 15)	6.493	2
Não circulante				19.306	10.572
Realizável a longo prazo					
Caução aluguel (Nota 9)	125	119	Não circulante		
Imobilizado (Nota 10)	69.282	51.071	Passivo de arrendamento (Nota 10.1)	3.923	-
Direito de uso do ativo (Nota 10.1)	4.163	-	Provisão para contingências (Nota 14)	216	22
Intangível (Nota 11)	700	338	Total do passivo	23.445	10.594
	74.270	51.528			
			Patrimônio líquido (Nota 16)		
			Patrimônio social	113.238	98.197
Total do ativo	136.682	108.791	Total do passivo e patrimônio líquido	136.682	108.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Receita líquida das atividades (Nota 17)	139.222	135.359
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(131.319)	(128.196)
Outros ganhos, líquidos	735	53
Provisão (reversão) para créditos de realização duvidosa líquido das reversões (Nota 7)	(75)	41
	(130.659)	(128.102)
Superávit operacional	8.563	7.257
Despesas financeiras (Nota 23)	(851)	(687)
Receitas financeiras (Nota 23)	2.142	2.387
Receitas financeiras líquidas	1.291	1.700
Superávit do exercício	9.854	8.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Superávit do exercício	9.854	8.957
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	9.854	8.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO | Em milhares de reais

	Patrimônio social	Reserva de novos associados	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2018	82.693	1.765	-	84.458
Superávit do exercício			8.957	8.957
Afiliações de novos associados (Nota 16)		4.782		4.782
Destinação do superávit do exercício	8.957		(8.957)	-
Em 31 de dezembro de 2018	91.650	6.547	-	98.197
Superávit do exercício			9.854	9.854
Afiliações de novos associados (Nota 16)		5.186		5.186
Destinação do superávit do exercício	9.854		(9.854)	-
Em 31 de dezembro de 2019	101.504	11.733	-	113.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	9.854	8.957
Ajustes		
Depreciação e amortização	8.390	7.529
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	2.417	349
Provisão para contingências	2.129	1.477
Reversão da provisão para créditos de realização duvidosa	75	(41)
Despesas de juros arrendamento mercantil	274	-
	23.139	18.271
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(5.807)	(3.729)
Adiantamentos concedidos	(2.774)	329
Despesas do exercício seguinte	(28)	10
Depósitos judiciais	(1.939)	(1.739)
Caução aluguel	(6)	(42)
Fornecedores	(379)	735
Contas a pagar às centrais e postos	1.922	204
Excedente de centrais	(9)	(117)
Salários e encargos sociais	385	(29)
Tributos a pagar	(14)	(4)
Passivos de arrendamento	4.265	-
Arrendamento mercantil pago	(506)	-
Adiantamento de associadas	6.493	(6.534)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	20.475	7.355
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(29.046)	(11.967)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(29.046)	(11.967)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contribuições de novas afiliações	5.186	4.782
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.186	4.782
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.385)	170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.554	39.384
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.169	39.554
Itens que não afetam o caixa		
Reconhecimento inicial do direito de uso do ativo	4.497	
Reconhecimento inicial do passivo de arrendamento (Curto e longo prazos)	(4.497)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (“inpEV” ou “Instituto”), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda e da contribuição social (como é o caso do Instituto). Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em 31 de dezembro 2019, o Instituto apresentava 112 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2018 – 111 empresas associadas).

1.1 Descrição do modelo de operação

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias – UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas Centrais sob a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente a (i) transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto, é transferido às associações de revendas, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação periódica de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a companhia Campo Limpo – Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A”) e cujos acionistas são os associados do inpEV (Nota 1.4), na cidade de Taubaté – estado de São Paulo.

(d) Excedente de centrais

O resultado financeiro decorrente da operação de remessa de embalagens vazias realizada pelas centrais de recebimento, para os recicladores, excluído os custos compartilhados entre o Instituto e as associações de revendas são, em geral, deficitários. Entretanto, devido à otimização dos processos operacionais e maior movimentação de embalagens vazias, pode resultar em um resultado financeiro superavitário em um determinado mês ou, após compensação dos déficits, resultar em um saldo final superavitário, o qual é tratado contabilmente pelo Instituto como “excedente de centrais”. Como os recursos financeiros estão sob a gestão do Instituto, os saldos de excedente de centrais são controlados em conta corrente específica e discriminados individualmente por central.

Conforme preveem os convênios com as associações de revendas e o Instituto, a central que possuir saldo excedente terá, mediante comum acordo com o Instituto, direito a utilização do mesmo desde que respeitada a seguinte ordem:

1º. Melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) na própria Unidade de Recebimento;

2º. Construção de postos e melhorias (ampliação, reforma e equipamentos necessários) nos postos gerenciados pela associação de revendedores;

3º. Melhorias nas Unidades de Recebimento (Centrais) que fazem parte do sistema de destinação de embalagens na mesma unidade da federação;

4º. Melhorias nos Postos de Recebimento de Embalagens Vazias da mesma Unidade da Federação;

5º. Melhorias nas Unidades de Recebimento e Postos da Federação respeitando a sequência anterior.

(e) Projeto URE

Desde 2014 o Projeto URE, que prevê uma gestão integrada das Centrais de Recebimento pelo inpEV, vem sendo discutido pela administração do Instituto

juntamente com seus órgãos representativos, Assembleia e Conselho Diretor, e, em todos os níveis, o inpEV obteve aprovação para sua implantação, ou seja, tornar todas as Centrais de Recebimento em filiais do inpEV.

A gestão integrada das Centrais de Recebimento tem como objetivo promover melhoria e benefícios para todos os elos da cadeia, buscando reduzir custos para os distribuidores, implementando boas práticas operacionais, padronizando procedimentos, assegurando o cumprimento de normas de segurança e, assim, mitigar riscos para os elos responsáveis. Para os distribuidores traz também o benefício de focarem mais no seu negócio. A medida visa também facilitar ainda mais aos agricultores a devolução das embalagens. Na atualidade, o inpEV já arca com os custos de cerca de 90% da operação das Centrais.

Em 2018 foram iniciadas as ações para implantação do Projeto que em 31.12.19 já contava com 29 Centrais de Recebimento na condição de filiais do inpEV.

(f) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do modelo de negócios revisado e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto obteve dos seus advogados uma avaliação detalhada da tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 Unidade de operação

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

- (a) Processo básico – destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); e pelos custos de destinação final das embalagens para incineração (Nota 22).

- (b) Processo de suporte – destina-se a comunicação e divulgação das operações do Instituto, para educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos que visem a auto sustentabilidade do sistema (Nota 22).

- (c) Processo administrativo – destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal (Nota 22).

1.3 Unidade de operação Recicladora

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”). O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R\$ 91.930 (2018 – R\$ 70.261) (Nota 10).

1.4 Campo Limpo – Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recebimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1a fase – reciclagem de plásticos rígidos; 2a fase – transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3a fase – reciclagem de plásticos flexíveis; e 4a fase – transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, que resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo – Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”), cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar as fases 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

De forma a viabilizar a operação da Campo Limpo S.A. foi firmado, com o inpEV, um contrato de arrendamento mercantil dos ativos descritos na Nota 10, com remuneração ao instituto na ordem de 10% do faturamento líquido da Campo Limpo S.A. (Nota 21).

Em 8 de dezembro de 2015, foi assinado um termo aditivo para estabelecer que, havendo interesse e comum acordo entre as Partes, a Campo Limpo S.A. poderá instalar novos equipamentos ou substituí-los buscando a ampliação do seu faturamento e a melhoria de qualidade dos produtos, fato que impacta diretamente no valor do arrendamento pago ao inpEV.

Neste mesmo aditivo, na cláusula 1.3.2.1 ficou estabelecido que Campo Limpo arcará com a manutenção dos equipamentos e deverá descontar os valores desembolsados nos aluguéis subsequentes a realização das despesas, comprovando documentalmente, o pagamento das mesmas.

A partir de então, passou a fazer parte do arrendamento, como dedução, os desembolsos efetuados pela Campo Limpo com despesa de manutenção de ativos.

Com o objetivo de reduzir o custo total do sistema, em assembleia geral dos associados do inpEV ocorrida em 19 de setembro de 2016, foi aprovada a realização de investimentos para a extensão das atividades da companhia da ordem de R\$ 41.200 para o período de 2017 a 2019 (2017 R\$ 2.727, 2018 R\$ 7.455 e 2019 R\$ 21.925), através da geração de receitas pelo arrendamento do imobilizado e ampliação dos resultados da Campo Limpo S.A.

Do investimento aprovado em 2016 para o período de 2017 a 2019, devido a postergação de prazos do projeto, em 31 de dezembro de 2019 permanece

um saldo de R\$ 9.093, com prazos de realização para o 1º semestre de 2020.

1.4.1 Campo Limpo – Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A – Filial Ribeirão Preto

Visando ampliar sua participação no mercado de embalagens de agroquímicos e consequentemente um melhor resultado aos seus acionistas e redução dos custos do Sistema Campo Limpo, a recicladora Campo Limpo S.A. montou uma filial na cidade de Ribeirão Preto e assim como já acontece com a matriz em Taubaté, a filial também repassará ao inpEV 10% de seu faturamento líquido, a operação teve início em 27 de junho de 2019.

1.5 Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.

Com o propósito de fechar o ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, em 24 de janeiro de 2014 foi constituída a Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. ("Campo Limpo Tampas"), com 99,99% de quotas detidas pela Campo Limpo S.A., que tem por objetivo produzir um sistema de vedação de alta performance, as chamadas Ecocaps. Desta forma, será fornecido ao cliente uma solução completa contemplando embalagens (produzidas pela Campo Limpo S.A.) e tampas (produzidas pela Campo Limpo Tampas).

Para a consecução das operações da Campo Limpo Tampas, o Instituto firmou contrato de arrendamento de um espaço existente na Campo Limpo S.A. cuja remuneração equivale a 0,5% do faturamento mensal.

Em 2019, o Instituto obteve receita de arrendamento decorrente das operações da Campo Limpo Tampas no valor de R\$ 232 (2018 – R\$ 173) o qual está detalhado na rubrica de "Arrendamento mercantil operacional" (Nota 21).

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros” e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 17 de fevereiro de 2020.

2.1.1. Novas normas contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- › IFRS 16/CPC 06(R2) – “Arrendamentos”: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 10.1.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- › Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.3.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Instituto mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Instituto estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- › contas a receber de clientes
- › ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos.

2.4 Contas a receber

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contra-prestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos as perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Instituto não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

O modelo de perdas esperadas, previsto no IFRS 9/CPC 48, não gerou impacto nas demonstrações financeiras do inPEV, uma vez que o contas a receber do Instituto é representado substancialmente pelas contribuições das empresas associadas, atreladas ao reconhecimento das despesas incorridas, e valores a receber dos recicladores referentes ao fornecimento de embalagens.

No caso do contas a receber das contribuições não há histórico de inadimplência uma vez que a indústria é obrigada, pela Lei 7.802, a implementar um programa de logística reversa das embalagens vazias de agroquímicos para realizar suas atividades no Brasil e caso venha a deixar de pagar o inPEV, que é o representante da indústria no País, a mesma não poderá dar continuidade ao seu negócio.

2.5 Adiantamento concedidos

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura e só podem ser movimentados

mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 14).

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Edificações	50–60
Equipamentos e instalações	10–15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12–16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos”, na demonstração do resultado.

2.8 Arrendamento mercantil

Conforme descrito na Nota 10.1, em 1º de janeiro de 2019, o Instituto mudou a política contábil dos arrendamentos nos quais o Instituto é o arrendatário. A nova política bem como os impactos estão descritos na nota 10.1.

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador eram classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) eram apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9 Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de vendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Benefícios a empregados – remuneração variável

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de remuneração variável com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento da remuneração variável é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14 Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita de arrendamento mercantil operacional e recursos repassados pela Campo Limpo S.A. por conta e ordem de seus acionistas, também a associados do inpEV a título de contribuições extraordinárias.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. As contribuições são aprovadas pelos associados na elaboração do orçamento anual e sua realização é apresentada e aprovada mensalmente nas reuniões entre o Conselho Diretor e o Instituto.

As Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica “Adiantamento de associadas”, no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador

O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de UREs

Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em 10% da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A. e Campo Limpo Tampas, conforme previsto no Contrato de Locação de Imóvel e Outras Avenças assinado pelas partes.

(e) Contribuições extraordinárias

São recursos repassados pela Campo Limpo S.A., por conta e ordem de seus acionistas também associados do Instituto, aprovados em Assembleia Geral Ordinária, para abatimento dos valores das contribuições ordinárias devidas ao inpEV.

A receita referente às contribuições extraordinárias é reconhecida após aprovação dos recursos na Assembleia da Campo Limpo S.A.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição ordinária das associadas do inpEV.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador

Até novembro de 2009, as associações de revendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 14 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários (próprios e das URE's). Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

As contas a receber é representado pelos valores não recebidos de associados e recicladores. Para os casos em que alguma associada ou reciclador encontrar-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos financeiros do Instituto representados por “caixa e equivalentes de caixa” (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), “contas a receber” de associadas, “caução aluguel” e “depósitos judiciais”, são todos classificados na categoria de custo amortizado.

Os passivos financeiros como “fornecedores”, “adiantamento de associadas e recicladores” e “provisão para contingências”, são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

5.1 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings* (FICTH):

	2019	2018
Caixa e equivalentes e caixa e títulos		
Banco Itaú S.A. – AAA	35.376	39.179
	35.376	39.179

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	8	15
Bancos conta-movimento	785	360
Fundos de investimento (*)	35.376	39.179
	36.169	39.554

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A., são remunerados com base na variação de 103,00% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2018 – Banco Itaú S.A – 98,20%), de liquidez imediata, sem desconto significativo no resgate.

7 CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Contribuições de associadas – Agroquímicos	5.856	7.664
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	1.653	1.055
Ingresso para custeio de UREs (i)	12.070	4.505
Arrendamento operacional – Campo Limpo S.A.	1.719	2.286
Outras contas a receber	19	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.912)	(3.837)
	17.405	11.673

(i) Deste montante, R\$ 11.371 refere-se à solicitação de postergação nos prazos de pagamento de um reciclador em fase de expansão. Até 15 de janeiro de 2020, R\$ 5.000 milhões foram recebidos, sendo que o restante do saldo foi negociado para quitação até 31 de março de 2020.

As movimentações na provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	(3.837)	(3.878)
Adições	(87)	-
Baixas por recebimento	12	41
Em 31 de dezembro	(3.912)	(3.837)

O Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra a associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019 correspondia ao valor de R\$ 3.667 (2018 – R\$ 3.667). O restante do saldo, no valor de R\$ 245, refere-se a recicladores que estão com dificuldades financeiras em suas operações e o Instituto decidiu provisionar este montante (Tecnicon – R\$57, Pica Pau – R\$59 e Tundra -R\$36).

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2019	2018
A vencer	16.324	3.394
Vencidos		
Até 60 dias	1.079	7.410
De 61 a 90 dias	2	880
De 91 a 180 dias	39	4
De 180 a 360 dias	9	23
Superiores a 360 dias	3.864	3.799
	21.317	15.510

8 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2019	2018
Adiantamentos para centrais (i)	6.149	3.941
Adiantamentos para postos (i)	1.450	1.033
Adiantamentos a funcionários	80	68
Adiantamentos de folha de pagamento	131	203
Outros adiantamentos	899	690
	8.709	5.935

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1). A partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Do saldo de R\$ 6.149 (2018 – R\$ 3.941) em 31 de dezembro de 2019, R\$ 2.477 corresponde a valores antecipados a determinadas centrais, superavitárias, em conformidade com a prestação de contas mensal e o restante do saldo refere-se ao adiantamento concedido que ainda estão dentro do prazo estabelecido pelo Instituto para prestação de contas. Porém, por serem centrais superavitárias, não utilizaram os recursos antecipados na execução de suas atividades e conforme mencionado na Nota 1.1(d), o Instituto apresenta no passivo, sob a rubrica de Excedente de centrais, saldos a pagar para centrais superavitárias e que são utilizados segundo hierarquia de utilização previamente estabelecida.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras houve prestação de contas subsequentes no valor de R\$5.420.

9 CAUÇÃO ALUGUEL

O saldo de R\$ 125 (2018 – R\$ 119), é referente ao depósito caução, definido no contrato de locação dos imóveis situado à Avenida Roque Petroni Junior, 850, local da sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento/ adiantamentos	Imobiliza- do total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	431	12.051	29.314	725	443	16	42.980	3.948	46.928
Aquisição	-	231	4.346	999	112	8	5.697	6.172	11.869
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	(180)	(137)	(31)	-	(348)	-	(348)
Depreciação	-	(975)	(5.896)	(415)	(81)	(10)	(7.378)	-	(7.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.951	10.120	51.071
Custo total	431	18.456	64.754	2.246	1.080	126	87.093	10.120	97.213
Depreciação acumulada		(7.149)	(37.170)	(1.074)	(637)	(112)	(46.142)		(46.142)
Valor residual	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.951	10.120	51.071
Saldos em 31 de dezembro de 2018	431	11.307	27.584	1.172	443	14	40.951	10.120	51.071
Aquisição	162	477	5.294	540	230	25	6.728	21.781	28.509
Transferências	-	3.380	15.321	-	110	2	18.813	(18.813)	-
Baixa	-	-	(2.290)	(119)	(11)	-	(2.419)	-	(2.419)
Depreciação	-	(1.144)	(6.190)	(438)	(96)	(10)	(7.879)	-	(7.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593	14.020	39.719	1.155	676	31	56.194	13.088	69.282
Custo total	593	22.313	80.387	2.354	1.405	153	107.205	13.088	120.293
Depreciação acumulada	-	(8.293)	(40.668)	(1.199)	(730)	(122)	(51.011)	-	(51.011)
Valor residual	593	14.020	39.719	1.155	676	31	56.194	13.088	69.282

Conforme nota 1.3, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo InpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O custo desses ativos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 91.930 (2018 – R\$ 70.261).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobresalientes pertencentes ao imóvel com a companhia Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A., incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

2019			
Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	20.571	(6.810)	13.761
Equipamentos e instalações	59.093	(29.962)	29.131
Veículos	424	(281)	143
Móveis e utensílios	730	(452)	278
Imobilizado em andamento	11.079	-	11.079
Outros	33	(26)	7
	<u>91.930</u>	<u>(37.531)</u>	<u>54.399</u>

2018			
Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.831	(5.987)	10.844
Equipamentos e instalações	46.888	(28.068)	18.820
Veículos	467	(268)	199
Móveis e utensílios	579	(404)	175
Imobilizado em andamento	5.466	-	5.466
Outros	30	(24)	6
	<u>70.261</u>	<u>(34.751)</u>	<u>35.510</u>

10.1 Contratos de Arrendamento

O Instituto efetuou o levantamento dos contratos de aluguéis vigentes e identificou dois contratos que estão no escopo do IFRS 16 (CPC 06 R2). Estes contratos referem-se à locação de dois andares de um edifício comercial onde está situada a sede administrativa do Instituto.

As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- ▶ Início do prazo de arrendamento mercantil: o Instituto definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, o InpEV determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas, e preparação do ambiente físico;
- ▶ Prazo de arrendamento mercantil: período pelo qual o InpEV contratou o arrendamento mercantil. O Instituto adotou o prazo de cada contrato adicionado e premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Companhia e sua controlada) o direito às renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

i) 18º andar – Conjuntos 181 a 184 (4 conjuntos)
Valor do aluguel: R\$ 25 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM
Vigência 01/12/2016 a 31/12/2031

ii) 13º andar – Conjuntos 131 e 134 (2 conjuntos)
Valor do aluguel: R\$ 14 mil/mês corrigidos anualmente pelo IGPM
Vigência 01/11/2018 a 31/12/2031

Ao término do prazo do contrato, o Instituto realiza novas negociações de contratações.

- › Pagamentos: conforme estabelecido no contrato, os pagamentos são compostos por parcelas mensais fixas corrigidas pelo IGPM anualmente pela data de aniversário do contrato.
- › Taxa de juros incremental do financiamento do arrendatário: o Instituto considerou, para os dois contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análises, a taxa nominal de desconto ficou em 7% a.a. e corresponde a taxa de captação de financiamento de imóvel junto à Instituições Financeiras.
- › Depreciação do ativo de direito de uso: Os contratos de arrendamento do Instituto não possuem cláusulas que permitam o InpEV exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. O Instituto reconhece a despesa de depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear de acordo com o prazo dos contratos. Ressalta-se que o InpEV reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato;
- › Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

Em 31 de dezembro de 2019, os impactos decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2) estão demonstrados a seguir:

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2019	
	31 de dezembro	1º de janeiro
Ativos de direito de uso		
Edificações	4.163	4.343
	4.163	4.343
Passivos de arrendamentos		
Circulante	342	334
Não circulante	3.923	4.009
	4.265	4.497

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo de direito de uso:

	Imóveis comerciais
Saldo em 1º de janeiro	4.343
Novos contratos	-
Remensurações	154
Rescisões contratuais	-
Depreciação	(334)
Saldo em 31 de dezembro	4.163

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento:

	Imóveis comerciais
Saldo em 1º de janeiro	4.343
Novos contratos	-
Remensurações	154
Rescisões contratuais	-
Pagamentos	(506)
Remensuração do passivo de arrendamento	274
Saldo em 31 de dezembro	4.265

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas – encargo total de depreciação – Nota 22)	
Edificações	(334)
	<u>(334)</u>
Despesas com remensuração do passivo de arrendamento (incluídas nas despesas financeiras – Nota 23)	(274)
	<u>(274)</u>

11 INTANGÍVEL

	Softwares adquiridos	Licença de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	393	-	393
Aquisição	97	-	97
Amortização	(152)	-	(152)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	338	-	338
Custo total	2.000	-	2.000
Amortização acumulada	(1.662)	-	(1.662)
Valor residual	338	-	338
Saldos em 31 de dezembro de 2018	338		338
Aquisição	479	60	539
Amortização	(172)	(5)	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	645	55	700
Custo total	2.480	60	2.540
Amortização acumulada	(1.835)	(5)	(1.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	645	55	700

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2019, incluídos no quadro acima, estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e software	907	(564)	343

12 CONTAS A PAGAR ÀS CENTRAIS E POSTOS

Referem-se aos valores a pagar para as UREs (centrais e postos) em decorrência do compartilhamento dos custos de manutenção operacional firmado entre o Instituto e os gestores dessas unidades (associação de vendas), e cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 4.231 (2018 - R\$ 2.309).

13 EXCEDENTE DE CENTRAIS

Conforme descrito na Nota 1.1 (d), o saldo de excedentes de determinadas centrais, no valor de R\$ 2.474 (2018 – R\$ 2.483), é segregado em conta de aplicação financeira específica, controlado por central, e somente poderá ser utilizado após aprovação prévia do Instituto e desde que respeitada a hierarquia de prioridades prevista no convênio entre as partes.

14 CONTINGÊNCIAS

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

	Depósitos judiciais		Contingência	
	2019	2018	2019	2018
Tributária – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	18.656	16.717	18.702	16.767
Trabalhistas (ii)			216	22
	18.656	16.717	18.918	16.789
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(18.656)	(16.717)	(18.656)	(16.717)
Valor líquido das discussões judiciais			262	72
Menos passivo circulante			(46)	(50)
No passivo não circulante			216	22

Movimentação das discussões judiciais nos exercícios de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2018	15.026	287	15.313
Complemento/adições (iii)	1.105	16	1.122
Reversão/baixa		(281)	(281)
Atualização monetária	636		636
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	16.767	22	16.790
Complemento/adições (iii)	1.252	216	1.468
Reversão/baixa		(22)	(22)
Atualização monetária	683		683
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	18.702	216	18.918

- (i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inPEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto passou a efetuar o depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2019, que totalizou R\$ 18.507 (2018 – R\$ 16.767). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

- (ii) Foi constituída a provisão trabalhista referente a processos movidos por ex-funcionários das UREs cuja expectativa de perda atribuída pelos advogados como sendo provável perda, ponderada pela participação do Instituto.
- (iii) O valor de R\$ 1.252 (2018 – R\$ 1.105), refere-se ao montante de imposto a ser pago no exercício de 2019 e que está sendo depositado em juízo em decorrência da discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Houve a ocorrência de alguns processos trabalhistas movidos por ex-funcionários das UREs e, o Instituto, como corresponsável nesses processos, realiza, rotineiramente um acompanhamento dos mesmos junto a sua área jurídica.

O objetivo deste acompanhamento é orientar as associações de vendas, legítimos empregadores, quanto à melhor condução dos processos cujo valor em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 426 (2018 – R\$ 457).

Na hipótese de desfecho final desfavorável, o Instituto arcará com o custo proporcional a sua contribuição nas despesas mensais dessas UREs.

Co-responsabilidade de cumprimento de obrigações trabalhistas

Em 2015, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Mato Grosso moveu ação civil pública contra o Instituto, no valor aproximado de R\$ 58.000, questionando a responsabilidade trabalhista na gestão da Unidade de Recebimento de Sapezal, que é administrada exclusivamente pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sapezal (AEASA), tendo sido o Instituto e as demais rés (indústrias) incluídos como corresponsáveis no cumprimento das obrigações trabalhistas.

De acordo com seus consultores jurídicos, a imputação de co-responsabilidade trabalhista ao Instituto não prospera, uma vez que não há qualquer tipo de responsabilidade trabalhista que pudesse ser imputada ao Instituto e demais rés, em função do compartilhamento de obrigações ambientais no fluxo de uma cadeia de logística reversa.

Em maio de 2018, o Juízo da Vara do Trabalho de Sapezal – MT julgou parcialmente procedente a ação civil pública, condenando a AEASA ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como indenização por dano moral individual de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada funcionário laborando da Unidade de Recebimento; tanto o Instituto quanto as indústrias tiveram reconhecida, na sentença, sua total ausência de responsabilidade sobre os fatos discutidos no processo.

O MPT ajuizou recurso ordinário, atualmente aguardando julgamento no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Em 2019, o recurso impetrado pelo Ministério do Trabalho (MPT) de Mato Grosso foi analisado no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, que considerou parcialmente improcedente a ação civil pública, excluindo o inPEV e os associados (indústria) como corresponsáveis pelo cumprimento das obrigações trabalhistas. A decisão transitou em julgado não cabendo mais nenhum recurso.

15 ADIANTAMENTOS DE ASSOCIADAS

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias; as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2019	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2019
Contribuições dos associados				
(i)	-	78.577	(72.084)	6.493
Crop Life Associados saneantes	2	-	(2)	-
	<u>2</u>	<u>78.577</u>	<u>(72.086)</u>	<u>6.493</u>

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias no Programa de Logística Reversa das Embalagens Vazias de Agroquímicos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições de contribuição dos associados no montante de R\$ 78.577 correspondem substancialmente às contribuições estimadas dos associados no valor de R\$ 90.316, deduzidos do plano de redução das contribuições no valor de R\$ 15.000 e acrescidos das contribuições extraordinárias dos associados que participam no capital da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 3.261.

As baixas de 2019, representam o reconhecimento de receita líquida das contribuições das associadas no valor de R\$ 72.084, valor resultante das contribuições brutas de agroquímicos no valor de R\$ 83.823 (Nota 17), deduzidas da redução de aporte no valor de R\$ 15.000, acrescidos do valor repassado pela Campo Limpo S.A. no valor de R\$3.261.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de adiantamentos de associadas no valor de R\$ 6.493 refere-se a gastos previstos no orçamento do exercício de 2019 que serão realizados nos exercícios subsequentes.

16 PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

(a) Reserva de novos associados

Ao longo do ano de 2013, o conselho diretor do inPEV, em conjunto com a diretoria executiva, discutiu a necessidade de cobrança de uma taxa de afiliação ao Instituto aos novos solicitantes, a título de reembolso por todos os investimentos já realizados pelos atuais associados ao longo da existência do Instituto.

Na 17ª Assembleia Geral de Associados, ocorrida em 14 de abril de 2014, os associados aprovaram os seguintes principais termos para afiliação de novos associados:

(i) Pagamento único, no valor de vinte salários mínimos, devido a partir da concessão do pedido de afiliação pelo Conselho Diretor;

(ii) 1,5% (um e meio por cento) do faturamento líquido anual do novo associado computado com base no negócio de defensivos agrícolas, pago por três anos e apurado a cada ano do efetivo pagamento a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado de forma direta, caso não o faça deste o princípio; e

(iii) Metade do valor do custo/quilo médio de embalagens apurado no orçamento anual do inPEV multiplicado pela quantidade de embalagens colocadas pelo associado no mercado, de forma direta e/ou por meio de terceiros, pago por cinco anos, e cobrados a partir do primeiro ano em que o associado informar ter colocado embalagens no mercado (de forma direta e/ou por meio de terceiros), caso não o faça deste o princípio.

Os associados entrantes a partir de janeiro de 2014 que iniciaram a comercialização de produtos agroquímicos, passaram a ter a responsabilidade de retirada de suas embalagens vazias do meio ambiente. Dessa forma, as taxas de afiliação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, correspondeu ao valor de R\$ 5.186 (2018 – R\$ 4.782).

(b) Plano de redução das contribuições

O projeto original de auto sustentabilidade do Instituto previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme correspondência enviada aos associados em novembro de 2018, foi informado a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2019 no valor de R\$ 15.000 (2018 – R\$ 20.000).

17 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	2019	2018
Contribuições das associadas – agroquímicas (Nota 15 (i))	83.878	92.451
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 18)	16.474	14.544
Ingressos para custeio de UREs (Nota 19)	41.330	38.328
Contribuições extraordinárias (Nota 20)	3.261	2.722
Arrendamento mercantil operacional (Nota 21)	10.021	7.688
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	642	611
Outros	250	303
	<u>155.856</u>	<u>156.647</u>
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados (Nota 15 (i))	(15.000)	(20.000)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(829)	(704)
COFINS sobre o arrendamento	(761)	(584)
ISS e COFINS sobre consultoria	(44)	-
Receita líquida das atividades	<u>139.222</u>	<u>135.359</u>

18 TAXA DE CREDENCIAMENTO DE RECICLADORES

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2019 no montante de R\$ 16.474 (2018 – R\$ 14.544).

19 INGRESSOS PARA CUSTEIO DE URES

A partir de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2019, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 41.330 (2018 - R\$ 38.328).

20 CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DOS ASSOCIADOS

Conforme autorizado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária da Campo limpo S.A., os montantes recebidos de seus acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária o valor recebido da Campo Limpo S.A., no valor de R\$ 3.261 (2018 – R\$ 2.722)

21 ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel de R\$ 10.021, sendo R\$ 9.790 da “Campo Limpo S.A” e R\$ 232 da Campo Limpo Tampas (2018 – R\$7.515 e R\$ 173, respectivamente) corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, deduzidos os gastos com manutenção de ativos, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpo S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, suprimentos, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2019	2018
Até um ano	12.170	7.076
Mais de um ano até cinco anos	77.020	69.855
Mais de cinco anos	26.110	26.636
	115.300	103.567

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos.

Conforme estabelece a cláusula 2.1.1. do contrato, o período de renovação ocorrerá automaticamente, por igual período e nas mesmas condições, caso não seja denunciado, por qualquer das partes, por escrito, no prazo de 210 (duzentos e dez dias) dias anteriores ao término previsto para a locação (2 de maio de 2018), ou seja, 10 anos. Considerando que não houve manifestação por quaisquer uma das partes antes do prazo de 210 dias, o contrato de locação encontra-se renovado em 31 de dezembro de 2017, assim como o comprometimento do Instituto com pagamentos futuros.

Conforme descrito na Nota 1.4, em 2016 foi aprovado plano de expansão das atividades da Campo Limpo S.A. no montante aproximado de R\$ 41.200 a ser realizado pelo Instituto, cujo objetivo será o incremento da receita de arrendamento recebido pelo Instituto.

Em 2018 ocorreu a renovação do acordo de acionistas pelo mesmo período inicialmente acordado, ou seja, 10 anos.

22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2019	2018
Despesas com infraestrutura	(42.525)	(37.164)
Processo de suporte	(5.307)	(6.158)
Processo básico	(83.487)	(84.874)
	<u>(131.319)</u>	<u>(128.196)</u>

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2019	2018
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(521)	(523)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(23.582)	(19.455)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(642)	(611)
Gastos gerais (i)	(14.111)	(11.725)
Serviços de terceiros (ii)	(1.257)	(2.591)
Tecnologia da informação	(1.979)	(1.689)
Institucional	(432)	(570)
	<u>(42.525)</u>	<u>(37.164)</u>
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(711)	(1.030)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.269)	(4.566)
Desenvolvimento tecnológico	(247)	(191)
Projetos (v)	(81)	(371)
	<u>(5.307)</u>	<u>(6.158)</u>
Processo básico		
Operações (vi)	(50.529)	(53.481)
Logística (vii)	(26.885)	(24.028)
Destinação final (viii)	(6.073)	(7.365)
	<u>(83.487)</u>	<u>(84.874)</u>

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R\$ 8.055 (2018 – R\$7.563), e despesas com manutenção de imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A. no valor de R\$ 1.304 (2018 – R\$1.114).

(ii) Refere-se, principalmente, a despesas com as seguintes assessorias:

- › Tributárias e fiscais – R\$ 261 (2018 – R\$ 119).
- › Recursos humanos – R\$ 199 (2018 – R\$ 118).
- › Auditorias interna e externa – R\$ 419 (2018 – R\$ 448).
- › Administrativa – R\$ 378 (2018 – R\$ 1.705).

(iii) Refere-se a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento, no valor de R\$ 711 (2018 – R\$ 806).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

- › Gastos com campanha – R\$603 (2018 – R\$593).
- › Dia Nacional Campo Limpo – R\$1.314 (2018 – R\$1.635).
- › Material de comunicação e institucional – R\$495 (2018 – R\$636).
- › Campanha regional tríplice lavagem – R\$144 (2018 – R\$177).
- › Serviços de terceiros e comunicação – R\$1.025 (2018 – R\$842).
- › Eventos institucionais – R\$687 (2018 – R\$367).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios no valor de R\$81 (2018 – R\$369).

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$45.488 (2018 – R\$51.658) e construção de centrais e postos, no valor de R\$3.520 (2018 – R\$993).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de

R\$20.851 (2018 – R\$19.825) e não lavadas para incineração no valor de R\$1.347 (2018 – R\$1.200).

- (viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas no valor de R\$ 5.722 (2018 – R\$ 6.999).

23 RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receita de aplicação financeira	2.123	2.085
Outras receitas financeiras	19	302
	2.142	2.387
IRRF sobre aplicação financeira	(462)	(414)
COFINS sobre aplicação financeira	(86)	(84)
Outras despesas financeiras	(303)	(189)
	(851)	(687)
	1.291	1.700

24 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, sete gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Salários, férias e 13o salário	(3.912)	(3.614)
Encargos	(1.731)	(1.327)
Outras remunerações (*)	(2.367)	(2.497)
	(8.010)	(7.438)

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

25 COMPROMISSOS FIRMADOS

Durante o exercício de 2019, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2019, serão executadas no exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2019	2018
Processo com infraestrutura (i)	(1.084)	-
Processo de suporte (ii)	(195)	-
Processo básico (iii)	(5.214)	-
	(6.493)	-

- (i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R\$ 462 e de R\$ 622, respectivamente.
- (ii) Representado por despesas para a elaboração do relatório anual e o PEA, nos valores de R\$119 e R\$76, respectivamente.
- (iii) Representado por construção e reforma de centrais com administração exclusiva inpEV no valor R\$ 5.018.

26 SEGUROS

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Local	Importâncias seguradas
InpEV – escritório	
Incêndio de bens do imobilizado	5.000
InpEV – 109 centrais	
Responsabilidade civil	20.000
InpEV – Imobilizado arrendado para a Campo Limpo S.A.	
Cláusula 065 – Despesas com Contenção de Sinistros Cossegurado	95.000

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente – inpEV

Regina Marta de Santana Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

Créditos

Realização

inpEV

Coordenação

Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

Conteúdo técnico GRI, redação e design

Conecta Conteúdo e Sustentabilidade

Fotos

Acervo inpEV

O Relatório de Sustentabilidade 2019
é de responsabilidade do inpEV

Endereço da sede: Avenida Roque Petroni
Júnior, 850 – 18º andar – Torre Jacerú –
Brooklin, São Paulo (SP)

Para fazer comentários, sugestões e
críticas e esclarecer dúvidas sobre o
Relatório de Sustentabilidade 2019, entre
em contato com o inpEV por meio do site
(www.inpev.org.br/fale-conosco/) ou do
e-mail faleconosco@inpev.org.br.

 facebook.com/inpEV

 instagram.com/inpev

 youtube.com/user/inpevbrasil



inpEV